



ASSAMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

✓  
A  
A

## ACTA NÚMERO SETE

### ACTA DA 5.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZ. -----

----- Ao vigésimo nono dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, na sua 5.ª Sessão Ordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de seis de Dezembro dois mil e dez e com a seguinte

#### ORDEM DE TRABALHOS: -----

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 39 DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; -----
2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; -----
3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----
  3. 1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA N.º 6/2010; -----
  3. 2. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL. [ ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 5.º DO REGIMENTO]; -----
  3. 3. APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO, PARA O ANO FINANCEIRO DE 2011; -----
  3. 4. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O QUADRIÉNIO DE 2011 A 2014 E ORÇAMENTO ORDINÁRIO PARA O ANO DE 2011 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA MAIA; -----

3. 4. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O QUADRIÉNIO DE 2011 A 2014 E ORÇAMENTO ORDINÁRIO PARA O ANO DE 2011 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA MAIA; -----

3. 5. 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO FINANCEIRO PARA O ANO DE 2010 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E SANEAMENTO DA MAIA; -----

3. 6. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA, EM CUMPRIMENTO DO ESTABELECIDO NO ART.º 48.º DA LEI DA FINANÇAS LOCAIS (LEI N.º 2/2007, DE 15 DE JANEIRO) – EXERCÍCIOS ECONÓMICOS DE 2010 A 2012; -----

3. 7. CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE ACORDO COM A “ANA AEROPORTOS DE PORTUGAL, S.A.”, TENDO EM VISTA A TRANSFERÊNCIA DE UMA PARCELA DE TERRENO PERTENCENTE AO DOMÍNIO PÚBLICO AEROPORTUÁRIO PARA O DOMÍNIO PÚBLICO RODOVIÁRIO E VICE-VERSA;

3. 8. MACROESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA; -----

3. 9. MACROESTRUTURA ORGANIZACIONAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E SANEAMENTO DA MAIA; -----

3. 10. DOCUMENTAÇÃO DA MAIAMBIENTE – EMPRESA MUNICIPAL DO AMBIENTE, E.E.M.; ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DE PATRIMÓNIO, E.E.M.; ACADEMIA DAS ARTES DA MAIA – PRODUÇÕES CULTURAIS, E.E.M.; EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.E.M. E DA TECMAIA – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA MAIA, E.E.M.. (PARA CONHECIMENTO). -----

**1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----  
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, LUCIANO DA SILVA GOMES, iniciou os trabalhos com uma saudação a todos os presentes. Atendendo à época natalícia que

*[Handwritten signature]*

se atravessava, disse que esperava que todos tivessem vivido um Bom Natal e formulou votos para a continuação de Boas Festas e para que, apesar da crise que avassalava o nosso país, que o Novo Ano que se iniciaria dentro de dois dias, fosse bom para todos. Referiu, ainda, o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelos nossos Autarcas, tendo referido expressamente o Executivo Municipal, na pessoa do seu Presidente, aos Executivos das Juntas de Freguesia, na pessoa dos seus Presidentes e a todos os Autarcas das freguesias, que com os parcos recursos disponíveis estavam a realizar um trabalho denodado. Aos senhores Deputados da Assembleia Municipal agradeceu o contributo prestado, tendo manifestado o desejo de que o mesmo continuasse no ano de 2011. Um ano que seria difícil para todos os portugueses. Lembrou aos cidadãos presentes e interessados em intervir no Período de Intervenção do Público, para fazerem a sua inscrição prévia, preenchendo o impresso próprio e fazê-lo chegar à Mesa. Pediu a todos os senhores Deputados para, no Período de Antes da Ordem do Dia, cumprirem o tempo regimentalmente atribuído – uma hora - atendendo ao número e importância de alguns pontos da Ordem de Trabalhos.

Informou que a senhora Deputada Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte, do Partido Socialista, tinha pedido a sua substituição para a presente Sessão, tendo sido substituída pelo senhor Deputado Pedro Miguel Monteiro Martins, já anteriormente identificado; o senhor Deputado Cândido Joaquim Lima da Silva Graça, do PSD, igualmente pediu a sua substituição, tendo sido substituída pelo senhor Deputado Armindo Ferreira Moreira, já anteriormente identificado. Os documentos comprovativos destas substituições fazem parte integrante da acta como **documentos 1 e 2**, respectivamente. Verificadas as presenças constatou-se a presença de todos os Senhores Deputados. Ao abrigo da alínea c), do ponto 1, do artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os Senhores Presidentes da Junta das Freguesias de Vila Nova da Telha, de Nogueira e Avioso (São Pedro), Floriano de Pinho Gonçalves, Ilídio da Silva Carneiro e Joaquim Guilherme da Costa Maia, respectivamente, fizeram-se representar pelos Membros dos seus

Executivos os Senhores Joaquim da Silva Azevedo Santos, Secretário; José de Babo, Tesoureiro e Maurício Fernandes de Oliveira Ramos, Tesoureiro, respectivamente. Os documentos comprovativos destas substituições fazem parte integrante da acta como **documentos 3, 4 e 5 respectivamente.** -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** abriu as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, tendo-se inscrito e usado da palavra os senhores Deputados: -----

**CARLOS DOS SANTOS TEIXEIRA** falou sobre o Zoo da Maia, através da leitura do documento que faz parte integrante da acta como **documento 6.** -----

**MARIA DE FÁTIMA DA SILVA GARCIA RIBEIRO** disse que pretendia falar sobre os três temas: O Zoo da Maia, a Escola da Estação, Acessibilidades e Segurança Rodoviária. O primeiro já havia sido abordado pelo senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia da Maia, Carlos dos Santos Teixeira, pelo que não iria falar sobre este assunto; não obstante, manifestou a esperança de que as informações referidas pelo senhor Presidente de Junta da Maia viessem a ser efectivamente concretizadas. Sobre os restantes temas, leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 7.** -----

**LUÍS ANTÓNIO GOURGEL FERNANDES SILVA** falou sobre as preocupações da Associação TáxiMaia, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 8.** -----

**ARÍDIO DOS ANJOS TEIXEIRA** falou sobre problemas existentes nalguns arruamentos, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 9.** -----

**VÍTOR MIGUEL SILVA** deu a conhecer a preocupação dos dirigentes do Pedrouços Atlético Clube, a mais antiga Associação Desportiva do Concelho, fundada em 1929. Na época 2008/2009, o Pedrouços Atlético Clube disputava o Campeonato Distrital da Divisão de Honra da Associação de Futebol do Porto. Nesse período, o senhor Presidente da Câmara tinha prometido que se o Pedrouços Atlético Clube subisse de Divisão iria dotar o Campo de Futebol do Complexo Municipal de Pedrouços de um piso de relva sintética. O Pedrouços

*[Handwritten signatures]*

Atlético Clube foi Campeão Distrital da Divisão de Honra na época 2008/2009. Subiu de Divisão. O prometido piso de relva sintética não foi colocado. No ano seguinte, 2009/2010, passou a disputar o Campeonato Nacional da III Divisão. No fim da época, desceu de Divisão. Na presente época, 2010/2011, disputa o Campeonato Distrital da Divisão de Honra da Associação de Futebol do Porto. Os atletas, dirigentes, associados e simpatizantes do Clube continuam à espera do piso sintético. Pediu ao senhor Presidente da Câmara esclarecimentos sobre este assunto. -----

**PEDRO MIGUEL NEVES FERREIRA** falou sobre a intenção do Governo de mandar encerrar a Linha de Caminho-de-Ferro de Leixões, a introdução de portagens nas SCUT's, os horários das grandes superfícies e os programas Ocupacionais – POC, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 10**. -----

**DAVID AUGUSTO DUARTE TAVARES** falou do amianto e do risco deste produto para a saúde pública, sobretudo nos espaços escolares, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 11**. -----

**ARMINDO DA SILVA MOUTINHO** disse que em anteriores intervenções tinha falado sobre o problema das “barracas” instaladas na freguesia de Barca: as das farturas. Era um problema que lamentavelmente subsistia na Rua da Castanheira, mas não era dessas “barracas” que iria falar. Para algumas famílias da freguesia de Barca, houve uma prenda de Natal muito especial. A Câmara Municipal, através da Empresa Municipal Espaço Municipal, tinha conseguido o realojamento em habitação social, PER, algumas famílias que viviam em barracas com péssimas condições habitacionais. Por esta razão, o Natal tinha chegado a algumas famílias de Barca. Havia ainda outras que, muito brevemente, iriam igualmente ser brevemente realojadas. Agradeceu e louvou esta atitude da Câmara Municipal. Manifestou a sua esperança de que o Governo autorize e financie a construção das habitações sociais, para que o PER de Barca seja uma realidade e possa com isso, erradicar as barracas existentes na

freguesia, para que as famílias possam viver em condições habitacionais de qualidade. Reiterou o seu agradecimento à Câmara Municipal pelo realojamento feito antes do Natal. ----

**FRANCISCO AMORIM DOS SANTOS BAPTISTA** disse que tinha ficado agradado com a informação prestada à Assembleia, pelo senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia da Maia, Carlos dos Santos Teixeira, sobre o Zoo da Maia. Informou que era sua intenção apresentar três Moções; porém, para respeitar o pedido de contenção do tempo de intervenção, iria apenas apresentar uma, que de seguida leu e que faz parte integrante da acta como **documento 12.** -----

**RUI MANUEL MADUREIRA MONTEIRO** prescindiu do uso da palavra. -----

**ALBINO BRAGA DA COSTA MAIA** disse que iria falar sobre três casos preocupantes. O primeiro e o mais grave de todos relacionava-se com o encerramento inopinado da passagem de nível de Crestins, por parte da empresa Metro do Porto. Era inopinado porque tinha sido feito à revelia de tudo e de todos. A empresa Metro do Porto encerrou a passagem de nível sem dar conhecimento a ninguém: às populações, à Junta de Freguesia e até mesmo à própria Câmara Municipal. Todos foram surpreendidos com esta atitude. Ele próprio, na mesma hora em que teve conhecimento desta atitude unilateral, deu conta do sucedido à Câmara Municipal, a qual enviou um ofício à empresa Metro do Porto para pedir esclarecimentos sobre esta insólita acção. Fora informado que, no próximo dia 30 de Dezembro, iria ter lugar uma reunião com a Metro do Porto, na qual iria participar e da qual esperava resultados concretos. Manifestou a sua reprovação pela forma como isto aconteceu, pois a Metro do Porto deveria, em primeiro lugar, construir alternativas viárias e só depois destas estarem concluídas e abertas ao trânsito, comunicar o encerramento da passagem de nível. Esta má atitude estava a causar muitas dificuldades e sacrifícios aos moradores de Crestins, às pessoas que desejasse aceder ao Pavilhão, à Escola Primária ou ao Infantário da Santa Casa, que nalguns casos tinham de percorrer mais cerca de cinco quilómetros, por ruas estreitas e nalguns casos de muito difícil circulação que era o caso dos autocarros, que normalmente

*[Handwritten signature]*

transportam as crianças para passeios ou outras actividades, e noutras casos de quase de impossível acesso. Lembrou que, há alguns anos, um incêndio destruiu a Escola do Gestalinho em Barca, se acontecesse o mesmo na de Crestins as viaturas pesadas dos Bombeiros não tinham acesso à Escola. Só de helicóptero. A população de Crestins que se encontrava presente em grande número na Assembleia era constituída por gente de bem e paciente. Mas esta tem limites. Os seus interesses deveriam ter sido acautelados e não o foram, por isso estão revoltados. Com esta atitude a empresa Metro do Porto afastou os seus utentes e os cidadãos de utilizarem a Estação de Crestins. Apelou ao senhor Presidente da Câmara para junto da empresa debelar com urgência este problema, que tantos incómodos estavam a causar a uma significativa população da Vila de Moreira e que merece ser bem tratada e respeitada nos seus direitos. A segunda questão, relacionava-se com a nova legislação sobre a segurança de incêndios em edifícios, mas também relacionada com a segurança na Escola de Crestins. Não entendia o comportamento de alguns Técnicos da Autarquia sobre este assunto, uma vez que as regras e os regulamentos eram aplicados para uns e não para outros: parecia que havia dois pesos e duas medidas. Esperava que não tivesse de acontecer um incêndio com gravidade na Escola para que as regras e os regulamentos fossem aplicados de igual forma para todos. Apelou ao senhor Presidente da Câmara para resolver este assunto, pois sabia que, sempre que o prometesse resolver, assim o faria, pois no passado, quando tinha prometido resolver determinado assunto, cumpria a sua promessa. O terceiro tema estava relacionado com o sofrimento que os moradores de Crestins sentiam com a construção da auto-estrada que lhes atravessa o lugar - A A41. Esta auto-estrada substituiu, no nome, o IC24, que era uma SCUT, ou seja uma via sem custos para os utilizadores. Por este motivo, o Governo, através do Decreto-Lei n.º 43/98, de 3 de Março, decretou a criação da Contribuição Especial, que incidia sobre o aumento de valor dos prédios rústicos, resultantes da possibilidade da sua utilização como terrenos para construção, devido ao facto destes terrenos serem atravessados por SCUT's. Os proprietários dos terrenos foram lesados com a perda dos seus terrenos para a construção do IC24; depois disso, foram penalizados com a criação da Contribuição Especial

e agora, com a mudança da categoria do IC24 em A41, é-lhes imposta a cobrança de portagem e, mesmo sem SCUT, continuam a ter de pagar a Contribuição Especial. Há cinco anos, foi construída uma passagem superior num local desadequado, sem qualquer interesse. Foram chamados à atenção para este erro, que se espera possa vir a ser resolvido com a colocação de uma passagem superior no local adequado. Entretanto, os moradores de Crestins sofreram e os contribuintes vão ter de pagar um erro, um investimento mal feito. Tudo isto foi, e é, muito sofrimento para as gentes de Crestins. Apelou ao senhor Presidente da Câmara e à sua ajuda para que os moradores de Crestins possam ver estes problemas resolvidos no ano de 2011. ----

**O PRESIDENTE DA CÂMARA, ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES** em resposta às intervenções começou por dar os parabéns ao Deputado e Presidente de Junta de Freguesia da Maia, Carlos dos Santos Teixeira, pelo trabalho realizado no Zoo da Maia, que com o apoio de todos, o Zoo da Maia iria finalmente ficar completamente legalizado. À Deputada Maria de Fátima da Silva Garcia Ribeiro disse que o nível de pobreza no concelho da Maia estava muito abaixo da média nacional. Sobre a sinistralidade na EN14, no sentido Porto/Castêlo da Maia, esclareceu que a segurança e manutenção das estradas nacionais, não são da competência das Autarquias, mas do Governo. Acrescentou que a Câmara Municipal há muito que vinha reclamando junto do Instituto das Estradas de Portugal, sobre o mau estrado de conservação dessa e doutras vias que atravessam o nosso Concelho, mas sem sucesso, pois a EN14, na Via Norte, depois do nó da A4, está num estado calamitoso. Disse ainda que está à espera de resposta à proposta de construção de um túnel entre o Chantre e o Nó do Chiolo. Sobre a Escola da Estação, informou que é uma infra-estrutura que está quase concluída, que deverá vir a ser uma das mais bonitas e melhores do nosso Concelho. A Câmara estava a estudar a possibilidade de fazer uma ligação viária à Via Estruturante e ainda utilizar o canal, outrora utilizado pelo comboio, para fazer uma ligação à freguesia de Moreira. Ao Deputado Luís António Gourgel Fernandes Silva disse que eram pertinentes as preocupações referidas pela Associação TáxiMaia, a concorrência desleal que outras empresas de táxis fazem deveria ser melhor fiscalizada por quem de direito - a

✓ AP

ASAE e no Aeroporto, a própria PSP. A Câmara Municipal não tem autoridade para poder intervir para eliminar este problema, apenas fazer alertas para as entidades competentes, o que tem feito. Ao Deputado Arídio dos Anjos Teixeira disse que iria tentar resolver o arranjo da Rua das Tulipas e o estacionamento na Rua Nova da Corga. Estes assuntos já lhe haviam sido transmitidos pelo Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas. Ao Deputado Vítor Miguel Silva disse que o caso por ele levantado, de colocar um piso em relva sintética num campo de futebol, num momento de crise que o país atravessa, num momento em que o Governo estava a cortar e a reduzir as transferências de verbas para as autarquias, não fazia sentido, o que lamentou. No momento de crise actual, a Câmara Municipal deverá dar prioridade e investir no apoio na acção social, ajudar os carenciados, quem mais necessita de ajuda e deixar para mais tarde os outros investimentos menos prioritários. Disse ao Deputado Pedro Miguel Neves Ferreira que subscrevia e aplaudia a sua intervenção sobre o encerramento da Linha de Caminhos-de-ferro de Leixões. Sem dúvida que a cerimónia de reabertura tinha sido uma medida eleitoralista do Governo Socialista. Na altura, tinha chamado a atenção do Governo de que a referida Linha só seria viável com a construção de, pelo menos, duas novas Estações localizadas em zonas densamente povoadas. A sua chamada de atenção “caiu em saco roto” e o resultado estava à vista, o encerramento da Linha. Sobre a introdução de portagens nas antigas SCUT's, disse que na última semana, tinha sido inaugurado o Centro Operacional dos CTT, localizado na Zona Industrial, em Moreira, pelo senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, António Augusto da Ascensão Mendonça. Tinha aproveitado a ocasião para, em privado, lhe falar sobre este assunto. A resposta do senhor Ministro fora a promessa de o receber no próximo ano. Informou, ainda, sobre este assunto que a Câmara Municipal iria accionar o Estado pelo impacto negativo que esta medida estava a provocar nas vias municipais. Houve situações que não foram acauteladas, uma delas era o acesso à LIPOR. O desânimo manifestado pelo Deputado Pedro Miguel Neves Ferreira, era também o seu. Sobre o alargamento dos horários

de abertura das grandes superfícies comerciais, esclareceu que o Governo tinha legislado sobre isso e as empresas tinham decidido sobre a alteração do horário e disso informado a Câmara Municipal que deu o seu consentimento. Sobre o POC, disse que era uma das medidas habilidosas do actual Governo. Ao Deputado Albino Braga da Costa Maia disse que concordava com as preocupações por ele referidas sobre o encerramento da Passagem de Nível da Linha do Metro de Crestins. Iria estar presente na reunião com a empresa Metro do Porto, agendada para o dia seguinte, no local. Esperava que essa reunião tivesse resultados positivos e que fosse encontrada uma solução deste problema, que tanto afectava os moradores de Crestins. Informou o Deputado David Augusto Duarte Tavares que, nos telhados das escolas tuteladas pela Autarquia, não havia cobertura em amianto, apenas algumas das escolas tuteladas pela DREN.

**ARMINDO DA SILVA MOUTINHO** pediu a palavra para rectificar uma declaração do senhor Presidente da Câmara. O Centro Operacional de Distribuição do Norte dos CTT, localiza-se na Zona Industrial Maia I, na freguesia de Barca e não na de Moreira, como por lapso o senhor Presidente da Câmara havia referido.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** colocou à admissão o Voto de Protesto, contra o encerramento da Linha Ferroviária de Leixões, apresentado pelo Grupo Parlamentar Municipal do PSD, que faz parte integrante da acta como **documento 13**.

----- O documento foi admitido por unanimidade.

----- Para a sua discussão, inscreveu-se e usou da palavra o Deputado **LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES** que disse que o Partido Socialista há muito que vinha defendendo a reabertura da Linha de Leixões de Transportes de Passageiros. Por esta razão, o voto de protesto apresentado contra o seu encerramento fazia sentido. Lembrou que a reabertura desta Linha tinha sido uma promessa do Governo de Pedro Santana Lopes, que o Governo PS tinha lançado a sua reabertura. Esta Linha tinha uma média de quatro utentes por cada viagem, o que a tornava inviável. Informou que o Grupo Parlamentar Municipal do PS

✓ A R

iria votar a favor o documento, apesar de ter algumas dúvidas nos considerandos. Lembrou que as negociações realizadas entre o PS e o PSD para a redução de despesas, tinha obrigado o Governo a fazer corte nalguns investimentos. Mesmo assim, prometeu que o PS iria fazer todos os esforços para que o investimento fosse concluído, na sua totalidade com todas as estações previstas. A terminar, reiterou o voto favorável da sua Bancada.

----- Posto à votação o **Voto de Protesto foi aprovado por unanimidade.**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** colocou à admissão a Recomendação à Câmara Municipal, apresentada pelo BE, para a criação de uma taxa pela utilização especial do domínio público municipal pelas caixas multibanco no exterior dos edifícios, atrás identificada como documento 12.

----- O documento foi admitido por unanimidade.

----- Para a sua discussão inscreveu-se e usou da palavra o Deputado **ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA** que afirmou que a Recomendação era interessante e que deveria ser cuidadosamente analisada. Lamentou que a mesma não tivesse sido oportunamente apresentada, quando a Assembleia Municipal analisou, discutiu e votou o Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças, aprovado há pouco tempo. Disse que esperava que, com a criação desta taxa, não viesse a acontecer o mesmo com a aplicação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, que passou a ser paga pelos utilizadores ou consumidores finais. Tendo em conta estes considerandos, não encontrava qualquer inconveniente em aprovar e louvar a Recomendação apresentada pelo BE.

----- Posto à votação a **Recomendação foi aprovado por maioria**, com 16 abstenções e um voto contra.

## **2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

----- Inscreveu-se e usou da palavra o senhor Município **JOAQUIM ÁLVARO MAIA**, residente na Rua Nova do Monte das Pedras, n.º 98, lugar de Crestins, freguesia da Vila de

Moreira, salientando que, depois da intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Moreira, Albino Braga da Costa Maia, e da resposta a ele prestada pelo senhor Presidente da Câmara, pouco tinha a acrescentar sobre a intervenção que tinha previsto fazer, e para a qual se inscrevera, conforme consta da sua Ficha de Inscrição, que faz parte integrante da acta como **documento 14**. Não obstante, na sua qualidade de representante dos moradores do lugar de Crestins, de Presidente da Comissão de Acompanhamento da LIPOR, de Membro da Assembleia de Freguesia da Vila de Moreira e, ainda, como Dirigente Associativo, manifestou o seu descontentamento contra o encerramento inopinado da passagem de nível que existia junto à Estação do Metro de Crestins. Este encerramento, por iniciativa unilateral da Empresa Metro do Porto, estava a causar enormes transtornos e prejuízos a centenas de pessoas que teriam de fazer um desvio, de cerca de cinco quilómetros, para acederem aos seus destinos; nomeadamente no acesso ao Jardim-de-Infância e Infantário da Santa Casa da Misericórdia da Maia de Crestins, à Escola E.B.1/Jardim-de-Infância de Crestins, ao Pavilhão Polidesportivo de Crestins, a todos os moradores e ainda iria provocar o congestionamento de tráfego, sobretudo pelas viaturas pesadas, nos estreitos arruamentos do referido lugar. Apelou ao senhor Presidente da Câmara para, junto da Empresa Metro do Porto, tomar as devidas providências para que este problema fosse debelado rapidamente. Referiu, ainda, os transtornos para os residentes provocados pela introdução de portagens na A41 e, ainda, o facto de existir um pórtico de cobrança electrónica na referida via, junto ao nó da Lipor, que obriga todas as viaturas que acedam à Lipor, para descarregar os resíduos sólidos urbanos, terem de pagar portagem, ida e volta, sem qualquer outra via alternativa. Elogiou os esforços desenvolvidos pelo senhor Presidente da Câmara contra a introdução de portagens e incentivou-o para continuar a agir da mesma forma na defesa dos interesses dos seus munícipes.

### **3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

#### **3. 1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA N.º 6/2010;**

----- Nenhum Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posta à votação foi aprovada por maioria com quatro abstenções, justificadas pela ausência na respectiva sessão. -----

**3. 2. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL. [ ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 5.º DO REGIMENTO];** -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** informou que tinha sido enviada a todos os senhores Deputados a “Informação do Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal”, que faz parte integrante da acta como **documento 15**. -----

----- Inscreveu-se e usou da palavra o senhor Deputado: -----

**ANTÓNIO ALBERTO ANJOS MONTEIRO**, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Gueifães, agradeceu à Câmara Municipal a instalação na sua freguesia de um Centro Escolar, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 16**. -----

**3. 3. APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO, PARA O ANO FINANCEIRO DE 2011;** -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** abriu as inscrições para o uso da palavra. Por haver muitas inscrições, catorze, pediu contenção no tempo de intervenção a cada um dos deputados inscritos, tendo-lhes solicitado que não ultrapassassem o período de três minutos por cada intervenção de forma a não prolongar os trabalhos para uma hora demasiado tardia, uma vez que no dia seguinte, era dia de trabalho. De seguida, deu a palavra a cada um dos deputados inscritos: -----

**PEDRO MIGUEL NEVES FERREIRA** leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 17**. -----

**SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA** leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 18**. -----

**LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES** leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 19**. -----

**DAVID AUGUSTO DUARTE TAVARES** disse que a proposta apresentada das Grandes Opções do Plano – Orçamento da Receita e Despesa e Documentos Previsionais do Município da Maia para o ano financeiro de 2011, não era o que o CDS/PP apresentaria. No momento de crise que o país atravessava, o Orçamento deveria ter uma maior verba no incentivo ao emprego e acção social. Apesar disso, o CDS/PP iria votar a favor o documento em análise. Pediu para que, no futuro, o documento Grandes Opções do Plano – Orçamento da Receita e Despesa e Documentos Previsionais do Município para o ano Financeiro de 2011, fosse entregue mais cedo aos deputados municipais, para estes terem tempo de poder estudar, convenientemente, um documento tão importante e tão extenso. Disse que as rubricas “Outras despesas” deveriam ter uma melhor fundamentação, pois contemplavam valores elevados. A finalizar, pediu à Câmara que, no futuro, às forças políticas, sem assento no Executivo Municipal, fosse possibilitada a realização de reuniões preliminares para darem o seu contributo na preparação do Orçamento. -----

**JOAQUIM MANUEL MARQUES GONÇALVES** disse que iria ser rigoroso no cumprimento do tempo determinado, três minutos, pois tinha ouvido por parte da Bancada do PS um exercício de pura retórica, que era a prova da incapacidade em gerir na escassez. O PSD, ao contrário do PS, sabia gerir na escassez e também na abundância. O PS tinha iniciado a sua intervenção a falar de execução orçamental, cujos resultados só poderiam vir a ser conhecidos em Março ou Abril do próximo ano. No fim da intervenção, o PS responsabilizou um Governo, que teve a duração de quatro meses, por ser o autor do monstruoso deficit público em que Portugal está mergulhado. Considerou esta afirmação, no mínimo, de caricata. Acusou o PS de ser o responsável pela situação que o nosso País atravessava, que não sabia

gerir na escassez e para resolver o problema de escassez em Portugal, ia pelo caminho mais fácil, onerar todos os dias os cidadãos com mais impostos e cortar nas transferências de verbas para quem mais necessita, como eram as Juntas de Freguesia, que era a primeira porta onde iam pedir ajuda os cidadãos mais careciados e as famílias que viviam em situação de grande pobreza e necessidade. As verbas que o Governo ia transferir, em 2011, para as Juntas de Freguesia, eram de valor igual ao que as Juntas receberam no ano de 2000. A terminar, disse que a solidariedade social não se apregoava, mas praticava-se. -----

**ANA MARIA FERNANDES LEITE** disse que iria respeitar os três minutos de intervenção. Em relação ao ano que se avizinhava, 2011, gostaria que os projectos de todos fossem concretizados, não obstante, tal não lhe parecia poder ser possível, pois gostaria de viver num concelho verdadeiramente solidário e que na Maia fosse praticada a solidariedade e não a caridade. Uma das áreas que era motivo de preocupação do PS, era a da solidariedade social para a juventude. Esclareceu que a Juventude Socialista, na reunião do Conselho Municipal de Juventude, se tinha abstdido na votação do parecer Obrigatório ao Plano de Actividades e Orçamento do Pelouro da Juventude para o ano de 2011, pois era seu entendimento que num período de contenção de despesas, houvesse reduções em projectos que eram menos prioritários na actual conjuntura. Apesar disto, o presente Orçamento, na sua globalidade, era um mau Orçamento porque deveria ser transversal. A Política de Juventude não se deveria a limitar a promover actividades culturais e desportivas avulsas e desconexas. O Pelouro da Juventude deveria estar atento aos principais problemas dos jovens maiatos. Em comparação com o ano anterior, disse que no Orçamento para a Juventude, lamentavelmente, grande parte do corte orçamental dizia respeito, apenas e só, à não realização de apenas uma iniciativa. Esta realidade era a demonstração do mau funcionamento do Pelouro da Juventude, uma vez que o Orçamento era cortado de forma tão drástica em resultado da não realização de um evento anual com duração limitada. O Pelouro da Juventude deveria ser transversal nestas áreas e contemplar no Orçamento acções concretas que dessem resposta à necessidade de melhorar as

condições dos jovens em áreas como as da formação, emprego e habitação. A finalizar, lamentou que o Executivo, na área da Juventude, com dinamismo e com pró-actividade, não tenha sido capaz de dar resposta às reais necessidades dos jovens maiatos. -----

**MÁRIO MOREIRA DUARTE** disse que este era o Orçamento com o qual mais se identificava, pois as funções sociais eram contempladas com 54% da despesa. O apoio social era bem contemplado. O Partido Socialista colocava em dúvida a Despesa deste Orçamento, mas não a Receita. Sugeriu ao Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes que mudasse o teor do seu discurso, era uma demagógica e velha táctica retórica. A “palavra de honra” era algo que estava a cair em desuso, o que lamentou. O Deputado tinha considerado que o valor de 33 milhões de euros para a acção social era pouco. Disse, ainda, que as Despesas Correntes não eram reais. Louvou a Câmara Municipal por ter tido a coragem de gastar menos. Pelo que acabara de ouvir, havia dois PS's em Portugal. Um que criticava uma autarquia por gastar menos e outro que, no Governo, enxameava os seus gabinetes no nosso país com os seus “boys e girls”. O PS na Assembleia Municipal deveria falar verdade. Deveria comentar todos os pontos, os positivos e os negativos. Apesar de no país haver dois PS's, estes tinham um ponto em comum: duvidar das pessoas. A finalizar, disse que estava de acordo com o documento em análise, pois contemplava um grande esforço no apoio à componente social; que existia uma real estratégia de desenvolvimento para o nosso concelho e que melhor não seria possível fazer, depois dos milhões de euros de cortes que o actual Governo tinha feito aos Municípios: “Não podemos fazer omeletas sem ovos”. -----

**JOÃO VELOSO DA SILVA TORRES** disse que o Deputado Joaquim Marques Gonçalves tinha feito confusão sobre a responsabilidade do actual deficit. O PS afirmara que os responsáveis pela subida da Despesa Pública tinham sido os Governos de Cavaco Silva e de Durão Barroso. Perguntou ao Deputado Mário Moreira Duarte qual era a moral e legitimidade que lhe assistia para poder falar de seriedade nas intervenções da Bancada do PS. Não reconhecia a este, ou a qualquer outro deputado, qualquer legitimidade para fazer as

*[Handwritten marks at the top right: a checkmark, a signature-like mark, and a large letter 'A' with a circle around it.]*

afirmações que tinha proferido. Considerou o seu discurso de superioridade moral e de paternalista, por esta razão irritante e com o qual não se revia e que não significava a sua função de deputado municipal. Sobre os “boys e girls”, disse que seria trágico se o PS fizesse no País o que o Executivo Municipal faz na Câmara da Maia, no que diz respeito a contratações. Sobre o Orçamento, disse que iria referir três pequenas notas. A primeira para dizer que um Orçamento era analisado numa perspectiva técnica e política e era desta avaliação que o PS se deveria pronunciar e iria votar em determinado sentido. O que mais o preocupava era a análise do exercício do ano transacto. Hoje todos estavam confrontados com um Concelho que não tinha rumo, não tinha estratégia, ninguém era capaz de poder saber para onde caminhava o concelho da Maia, em várias áreas como as da habitação ou do emprego. Questionou a Bancada da Maioria se esta sabia qual era o rumo ou a estratégia futura da Câmara Municipal da Maia, uma vez que o seu Presidente estava refém do Governo do País para executar qualquer obra. Lamentou o desplante na forma como o Presidente da Câmara tinha respondido à questão que lhe fora colocada sobre o perigo para a saúde pública que pode advir pela existência de amianto nas coberturas das nossas escolas. O Presidente deveria pugnar na defesa dos interesses da Maia. A segunda nota era sobre a Breve Nota Preambular, na qual era claramente negada a existência de despesas supérfluas. O PS não se revia nesta negação. Disse que era possível fazer um melhor Orçamento com os recursos disponíveis, dando resposta às necessidades e anseios dos nossos idosos, dos jovens, das crianças e dos trabalhadores activos. Lamentou que, no passado, a Câmara Municipal fazia alguma coisa e agora quase nada faça, mesmo em tempo de contenção, excepto dar resposta às despesas correntes. A última nota era para lamentar a falta de espírito democrático do actual Executivo Municipal. O Deputado Mário Moreira Duarte, ao comentar a intervenção do Líder da Bancada do PS, tinha dito que não deveria adoptar determinado tipo de retórica porque estava ultrapassada, tendo acrescentado que era necessário procurar soluções conjuntas. Acusou o actual Presidente da Câmara de nada ter feito para que se tivesse concertado propostas e

estratégias para que o presente Orçamento que visassem a adopção de uma estratégia minimamente comum por parte das diferentes forças políticas do nosso Concelho. O cenário que encontrava era negro, de um Concelho sem estratégia, sem rumo e sem homem no leme. -

**MÁRIO MOREIRA DUARTE** pediu a palavra para usar o direito de resposta. Disse ao Deputado João Veloso da Silva Torres que lhe reconhecia algumas qualidades de intervenção política, não obstante, não lhe reconhecia era idade, experiência, conhecimento e sabedoria para poder interpretar as suas palavras, à sua maneira, como fossem suas. Esta atitude não lha reconhecia. Não utilizava a tribuna da Assembleia Municipal para dar lições de moral ou de ética, a quem quer que fosse, apesar de ser professor de Filosofia e não ter o Deputado João Veloso da Silva Torres como seu aluno. Esclareceu que a única afirmação que fizera era a seguinte: “Quando eu disse que não se devia fazer demagogia, era porque não se deveria, à partida, pôr em causa a boa fé das pessoas. Não quero ser paternalista de ninguém. Por outro lado, digo-lhe, ao contrário de si, considero que há regras e o discurso ético é normativo. E aprende-se”. -----

**JOÃO VELOSO DA SILVA TORRES** pediu a palavra para usar o direito de resposta. Disse que se sentia, sempre, muito orgulhoso quando alguém utilizava a sua idade como argumentação política para refutar as suas intervenções. Este fundamento era a arma dos fracos. Sentia muito orgulho em ser precoce. Considerou de pouco elegante as referências feitas à sua pessoa pelo Deputado Mário Moreira Duarte. Já estava habituado a ouvir tais armas, o que não o diminuía minimamente, mas, pelo contrário, fortaleciam cada vez mais as suas convicções. -----

**RUI MANUEL MADUREIRA MONTEIRO** disse que a sua intervenção ia incidir em três considerandos, provocados pelas intervenções dos deputados do PS. O primeiro, para lembrar que o Presidente da Câmara Municipal da Maia tinha sido eleito pela vontade da Maioria dos Maiatos e não pela vontade da Oposição. Por esta razão, tem de governar o seu Município de acordo com o Programa Eleitoral por ele apresentado e sufragado, e não pelo dos que foram

vencidos. O Orçamento em análise reflectia o Programa Eleitoral do PSD, que colocava em primeiro lugar as pessoas. Como já tinha sido dito mais de metade do Orçamento estava destinado às funções sociais: Educação; Acção Social, directa e indirecta; Ambiente e Desporto como factor de promoção da qualidade de vida. Todos verificavam que no decorrer dos últimos anos, a Câmara Municipal vinha fazendo uma política de contenção orçamental e de redução da sua dívida. Seria bom que esta política de contenção fosse seguida pelo Governo do país. Lembrou à Bancada do PS que era bom conhecer a história. O Professor Cavaco Silva, como Primeiro-Ministro, em 1995, terminou o seu mandato e deixou Portugal numa situação de um país desenvolvido e numa grande pujança económica. Seguiu-se o Governo do Engenheiro António Guterres que, em 2001, abandonou o Governo porque, nas suas palavras, o país estava num pântano. O PSD, a seguir, teve de resolver o problema do pântano. De 1995 a 2010, o PSD esteve no Governo durante dois anos e meio, e o PS os restantes. Responsabilizar o PSD da actual situação económica era uma afirmação pouco honesta. A Câmara Municipal da Maia tinha uma estratégia que assentava nos seguintes pilares fundamentais: consolidação orçamental, apoio na área social e continuação do investimento nas Obras Públicas e na Educação. Tinha ouvido a acusação de que, no Município da Maia, não havia uma estratégia de investigação e desenvolvimento. O Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes ainda não tinha escolhido a Maia para viver e o nosso Concelho já tinha uma estratégia de atracção de investimento e de empresas promotoras de investigação e desenvolvimento. Sugeriu a este Deputado que fosse verificar quantas empresas sedeadas no Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, TECMAIA, faziam investigação e desenvolvimento; quantas pessoas na SONAE faziam investigação e desenvolvimento, nas Tintas CIN e noutras empresas do nosso Concelho. Há muitos anos que a Câmara Municipal da Maia tem tido a capacidade de atrair investigadores para o nosso Concelho. A Câmara Municipal da Maia criou ao longo dos anos condições de atracção a

empresários que escolhem a Maia para instalarem as suas empresas e, com isso, criarem mais emprego e mais riqueza. Dizer que nada tem sido feito é uma atitude de falta de seriedade. -----

**PAULO ALEXANDRE VIEIRA RESENDE** falou sobre o Orçamento do Pelouro da Juventude, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 20**. Acrescentou que a Juventude Socialista, na reunião do Conselho Municipal de Juventude se tinha abstdio na votação do Parecer Obrigatório ao Plano de Actividades e Orçamento do Pelouro da Juventude para o ano de 2011, pois o PS defendia orçamentos participativos. Lembrou que o Pelouro da Juventude antes de ser imposto por lei, já apresentava no Conselho Municipal de Juventude, o Plano de Actividades e Orçamento do Pelouro da Juventude. Disse, ainda, que nas reuniões da Conselho Municipal da Juventude, os representantes da JS não tinham apresentado qualquer proposta ou sugestão para o Plano de Actividades e Orçamento do pelouro da Juventude - zero sugestões. -----

**ANTÓNIO ALBERTO ANJOS MONTEIRO** disse que após a leitura atenta do Plano de Actividades e Orçamento para a Freguesia de Gueifães, e apesar da realização de algumas obras que se arrastam há anos nos Planos de Actividades e nos Orçamentos, havia duas que gostaria de ver realizadas rapidamente. A primeira era a regularização da Ribeira dos Mogos, que, em período de cheias, têm causado enormes prejuízos aos moradores do lugar dos Mogos. O segundo, era a intervenção na Avenida do Doutor Germano Vieira, que, apesar de não estar incluída no Plano de Actividades, deveria estar incluída no pacote de cinco milhões de euros. Pediu que fossem feitas duas correcções no Plano de Actividades. A primeira era sobre a referência à Rua de Alberto Pimentel, porque não existe no concelho da Maia a Rua de Alberto Pimentel, mas sim Rua de Alberto Pimenta, em Gueifães, pedindo que fosse feita a devida correcção ao nome. A outra correcção era sobre a intervenção na Rua do Calvário, em Gueifães. A intervenção nesta rua já foi feita pelos SMAS, estando já concluída e em bom estado, deveria, sim, ser referido um troço da Rua do Doutor António José de Almeida. -----



**ANA MARIA FERNANDES LEITE** pediu a palavra para prestar um esclarecimento sobre a intervenção do Deputado Paulo Alexandre Vieira de Resende. Disse que deveria ter havido confusão ao falar de orçamentos participativos, pois, no Conselho Municipal de Juventude não era a mesma coisa que orçamentos participativos. Para justificar e contrapor a sua anterior intervenção, este Deputado tinha proferido uma inverdade. Não era verdade que a Juventude Socialista não tivesse apresentado qualquer proposta ou sugestão. Não era verdade e para o comprovar referiu a entrevista que o Vereador do Pelouro da Juventude tinha dado a um jornal local onde tinha afirmado que as diversas forças políticas tinham apresentado propostas construtivas. Não iria perder mais tempo com isto, pois bastava ler as actas das reuniões do Conselho Municipal da Juventude, onde estava escrito que a Juventude Socialista tinha apresentado várias propostas e as mesmas tinham sido apresentadas pelo Vereador da Juventude em reunião do Executivo Municipal. Disse que acusar o PS de demagogia e depois tomar estas atitudes, não era bonito, nem correcto. Por esta razão e para dar este esclarecimento, tinha pedido a palavra.

**MARCO JOSÉ DUARTE MARTINS** prescindiu do uso da palavra.

**JOSÉ MANUEL TEIXEIRA AZEVEDO** prescindiu do uso da palavra.

**ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA** disse que uma vez mais se estava a discutir o Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal da Maia. Lamentou que as intervenções da Oposição tivessem tangido o absurdo. Na presente Sessão, tinha sido batido o recorde da demagogia. A análise do presente documento deveria ser feita sob dois pontos de vista. O primeiro, era a análise técnica e económica e o segundo era a análise política. Apesar de lhe ter sido solicitado para não fazer a análise técnica e económica, não poderia resistir, devido ao que tinha ouvido por parte da Oposição. A Câmara Municipal da Maia tinha diminuído a Despesa Corrente, no valor de cinco milhões de euros. Lamentavelmente, as Despesas de Capital tiveram uma redução de onze milhões de euros. Teve de o fazer por força das circunstâncias. A diminuição da Receita Corrente era devida ao

facto de haver várias reduções de verbas: no Imposto de Circulação; uma redução de cerca de dois milhões de euros no IMT; uma redução, de cerca de dois milhões e meio de euros, nos impostos indirectos, devido à inexistência para 2011 de um volume de taxas provenientes de operações de loteamentos; diminuição das Transferências Correntes provenientes da Administração Central. Era óbvio que num Município onde era discutido a diminuição do IMT e da arrecadação de taxas, isso iria conduzir à estagnação económica que vive o nosso país. Havia ainda uma estratégia municipal na diminuição das Receitas de Capital, resultante da venda de bens de investimento de cerca de seis milhões de euros e, ainda, uma diminuição das Transferências de Capital de cerca cinco milhões de euros. Se nas Transferências de Capital as diminuições que existiam eram devidas à diminuição de verbas por parte do Estado da Nação, isto era óbvio que a diminuição prevista das receitas por força da venda de bens de investimento, era devida fundamentalmente à estagnação económica que, infelizmente, se vivia em Portugal. Se o Estado reduziu na transferência de verbas era devido ao facto do actual Governo ter colocado o país na situação em que se encontra, apesar do PS ter dito que a culpa não ser sua. A Maia, há três décadas, que vinha consolidando o seu rumo, na solidariedade, na ajuda para com os carenciados. A Maia agia com rigor, ao contrário do actual Governo que colocou o país no ponto em que se encontra. Saudou a Câmara pelo facto de, com o orçamento possível, não ter descurado a Acção Social e continuar a apostar na Educação. As prioridades do Orçamento, na área do investimento, incidiam em sectores de interesse fundamentais. Em primeiro lugar, estava a Habitação Social pelas seguintes razões: resolviam os problemas de carência habitacional no Município, em que, lamentavelmente, ainda se encontravam algumas famílias; era um investimento altamente reprodutivo. Por tudo isto, era acertada a prioridade que a Autarquia fazia nesta área. Esperava que da parte do Governo existisse igual sensibilidade. Outro investimento era a requalificação de vias estruturantes e estruturais, esperava que da mesma forma o Governo tivesse a sensibilidade de as apoiar e não decidir sustentar as empresas dos amigos, como aconteceu com a introdução

*[Handwritten marks: a checkmark and initials 'AP' are visible at the top right]*

de portagens nas SCUT's. Com a introdução de portagens, houve um aumento exponencial das vias municipais, o que obrigaria a Câmara Municipal a um gasto de cerca de cinco milhões de euros na requalificação rodoviária. O investimento nas energias renováveis era sem dúvida positivo, pois iria contribuir para o desenvolvimento do nosso país. Recomendar para a Maia o investimento nas indústrias do terciário superior era uma recomendação para a qual o PS não podia dar aulas na Maia, mas sim, o PS poderia receber aulas da Maia que, há muitos anos, apostava com resultados bem positivos. Toda a Oposição tinha sublinhado no seu discurso: "Mais Acção Social". Porém, não tinha apresentado qualquer medida de inovação, apenas referindo o que já existia. Na Maia, a Acção Social não passava pela entrega de cheques. Este tipo de Acção Social do actual Governo colocou o nosso país na cauda da Europa. A verdadeira Acção Social era a de promoção do desenvolvimento e investir na inovação. O Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes, que era o arauto da sábia política para a Educação do excelente Primeiro-Ministro, José Sócrates, antes de ter falado, tinha a obrigação de estudar e deveria ter lido com mais atenção o Orçamento, no que refere aos gastos com o pessoal. A Câmara da Maia vai gastar mais de um milhão de euros no apoio às famílias que têm os seus filhos nas escolas do ensino básico do nosso Concelho, ao suportarem os encargos com o pessoal que garantem à antecipação e ao prolongamento do período de abertura e encerramento das escolas do ensino básico. As escolas passam a estar abertas das sete às 19 horas, para que os pais possam ter tempo de se deslocarem para os seus postos de trabalho e deixarem os seus filhos em segurança nas escolas. Era um investimento que a Câmara fazia nos jovens maiatos, era uma despesa que a Câmara Municipal suportava sem o apoio do Governo. Esta é a verdadeira Acção Social, que a Maioria aplaudia, mas que a Oposição não compreendia. Sobre a Taxa de Execução, perguntou quem eram os Senhores do PS, que tinham a ousadia de questionaram a Câmara Municipal sobre a Taxa de Execução. O PS criticou a Câmara por ter uma Taxa de Execução de 70%. Em contrapartida, o Governo através do PIDAC teve apenas 12%. Para o PS da Maia, 70% era uma taxa má. Que diria o PS

Nacional se atingisse este valor, certamente o adjetivo mais modesto seria “fantástico”. No país não existia uma única Autarquia Socialista que tivesse uma taxa de execução superior à da Maia. O Deputado Joaquim Manuel Marques Gonçalves disse na sua intervenção: “A Câmara da Maia sabia gerir na abundância e na escassez”, porém teria de contrariar a sua afirmação, pois o Partido Socialista sabia gerir abundantemente na escassez. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Fins nesta matéria tinha de aprender. O PSD falava da diminuição das Despesa Corrente, porém o discurso do Governo da Nação era a diminuição do crescimento da Despesa Pública. Para o PS da Maia, tudo isto era muito fácil. O Orçamento em análise não era o desejado pela Maioria. O Município da Maia, pela sua dimensão, deveria ter um Orçamento superior a cem milhões de euros. Este valor seria um indicador económico que seria uma referência para o peso dos Municípios. A Maia era um peso-pesado, no que refere à boa gestão autárquica. Num momento de crise, num ano em que o Governo cortava o que tinha prometido, em que havia diminuição da receita dos impostos, o facto de uma autarquia conseguir pagar nove milhões de euros da sua dívida, o que representava 10% do seu Orçamento, para o Partido Socialista era uma medida insignificante. Realmente não tinha qualquer significado para a Oposição. Gostaria que o exemplo da Maia fosse seguido pelo Governo da Nação, porém, ficaria igualmente satisfeito se o Governo, pelo menos, tivesse a capacidade de deixar de contrair dívidas. Acabara de ter conhecimento que o Governo tinha contraído um empréstimo de mais dez mil milhões de euros. O debate tivera apenas um ponto bom. Pela primeira vez, o PS não tinha pedido à Câmara Municipal o aumento do valor das verbas a transferir para as Juntas de Freguesia. Porém, se tal acontecesse, significava uma total falta de vergonha. Tinha ouvido por parte do PS que o Presidente da Câmara estava refém do Governo. Se tal fosse verdadeiro, seria o pior que poderia acontecer. Igualmente, o PS tinha afirmado que seria trágico, se este partido a nível nacional, fizesse o mesmo que se fazia na Maia. Talvez o autor desta afirmação deveria considerar que seria trágico que Portugal em vez de estar na cauda da Europa, deveria estar no

*Wd A*

pelotão da frente. Era mais que óbvio que o PS não tinha capacidade para tirar o nosso país da cauda da Europa e, presentemente, não tinha capacidade para entender, para perceber, para sentir, para transmitir uma mensagem de confiança, para transmitir uma estratégia para a nossa Maia.

**LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES** pediu a palavra para colocar três questões ao Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva, que a partir de certo ponto da sua intervenção, quando tinha ganho em excitação, tinha perdido em serenidade e ponderação, tendo feito afirmações que não tinha compreendido. A primeira, era sobre a responsabilidade de responsabilização do actual Governo. Perguntou se sabia quais eram os valores do aumento da despesa, do PIB do Estado nos últimos 30 anos, período que foi igualmente dividido na governação do país, quinze pelo PSD e os restantes quinze pelo PS. Esclareceu que nos quinze anos do Governo do PSD, o peso da despesa do Estado no PIB teve um aumento de 75% e apenas 25% são da responsabilidade do PS. Por Governos, poderia dizer quais foram os mais e os menos responsáveis. Os menos responsáveis tinham sido os Governos socialistas do Engenheiro José Sócrates e do Engenheiro António Guterres. Os maiores responsáveis tinham sido os Governos do PSD do Professor Cavaco Silva e os piores tinham sido os do Doutor Durão Barroso e do Doutor Santana Lopes. Perguntou ao Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva se tinha consciência de que estes eram os elementos reais. A segunda questão, era sobre a Educação e a afirmação deste Deputado de que o Governo tinha seguido as boas práticas de gestão da Maia. Lembrou que tinham sido os próprios responsáveis do PSD, ex-ministros do PSD, que tinham reconhecido os méritos, indiscutíveis, da política educativa, bem reflectida nos dados do PISA – Programa Internacional de Avaliação dos Alunos. A melhoria tinha sido reconhecida como excepcional. Seria bom que o Deputado também tivesse afirmado que as medidas tomadas na Maia, tinham sido conseguidas graças ao esforço e ao apoio financeiro do actual Governo. Sobre a Despesa de Pessoal, disse que estava perfeitamente de acordo com o apoio que tinha sido dado às famílias. Porém, não sabia se essa

tinha sido a melhor solução. Disse que, nos muitos contactos com entidades e personalidades da área social, estas lhe colocavam grandes dúvidas sobre o mérito da solução que na Maia tinha sido adoptada. O mesmo diria das actividades de enriquecimento curricular. Sobre a dívida da Câmara da Maia, disse que reconhecia que a dívida tinha baixado, mas tinha baixado em todos os municípios do país, graças à Lei das Finanças Locais, que a Maioria nesta Assembleia tinha combatido de forma acirrada. Esclareceu que a Câmara Municipal da Maia ocupava o terceiro lugar das piores Autarquias do país. O Presidente da Câmara Municipal da Maia, numa entrevista a um jornal local, referira um estudo da Direcção Geral das Autarquias Locais, que continha dois quadros, os quais colocavam a Maia no terceiro pior lugar das Autarquias. Reconhecia a sua satisfação pela diminuição da dívida, mas a verdade deveria ser dita, que era de que a Maia acompanhava a descida geral que se verificava em todas as Autarquias do nosso país.

---

**ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA** pediu imensa desculpa ao Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes por se ter exaltado, mas essa não era a sua intenção, e, por via da sua exaltação, o Deputado não teve a possibilidade de poder compreender as suas palavras. Esclareceu que o que tinha dito era que, na área da Educação, o actual Governo do PS tinha implementado o que a Maia já vinha realizando há muitos anos. Os Presidentes de Junta presentes eram testemunhas e sabiam do que estava a falar. Sobre a dívida, disse que não sabia se o Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes acreditava nas suas próprias afirmações. Parecia-lhe que não, pois não comprehendia a razão da apologia que fazia ao elogiar a boa gestão do Governo Socialista. Na sua opinião, no país não deveria existir um único cidadão que pudesse acreditar em tal afirmação. Se este elogio, por parte do Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes, estivesse relacionado com qualquer ambição política de âmbito nacional, esta atitude pecava por tardia, pois o próprio PS já sabia que: “estão em fim de festa”. Esclareceu ser óbvio que a Maia estava a diminuir a dívida no

✓ ✓ AP

cumprimento da Lei, mas para que tal acontecesse, não era necessário congelar a democracia como o Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes tinha sugerido. -----

**O PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que tinha ouvido tantos disparates e a invenção de números inimagináveis que não iria perder o seu tempo a comentar absurdos. Iria responder ao conteúdo de algumas intervenções e perguntas que directamente lhe haviam sido dirigidas. Informou o Deputado Pedro Miguel Neves Ferreira que os membros do Conselho de Administração das Empresas Municipais não eram remunerados, excepto dum Administrador da Espaço Municipal, que era o único com remuneração pela Espaço Municipal onde trabalhava a tempo inteiro. Sobre o aumento do Quadro de Pessoal, esclareceu que esse aumento tinha sido a pensar no bem-estar das crianças que frequentavam o ensino básico, para as quais a Autarquia tinha criado o SAF – Serviço de Apoio à Família, um serviço único no país, que permitia às crianças do ensino básico, o acolhimento da manhã, a partir das 7 horas até ao início das aulas e o prolongamento de horário, das actividades de enriquecimento curricular, até às 19 horas. A DREN não tinha feito o que lhe competia, colocar pessoal auxiliar nas escolas, e, por essa razão a Câmara Municipal tinha assumido uma responsabilidade que não era sua, mas do Governo. O SAF a funcionar das 7 às 19 horas, era um apoio que era dado às famílias, pois desta forma, sabiam que podiam ir levar os seus filhos à escola, iniciando depois o seu dia de trabalho tranquilamente, e, no fim do dia, teriam igualmente tempo para os ir buscar, sabendo que os seus filhos ali tinham permanecido em segurança e bem-estar. Era uma medida de Apoio Social. Ao Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes disse que não tinha gostado da sua afirmação de que o Presidente da Câmara continuava a espantar. Não deveria ter feito tal afirmação. Se o Presidente da Câmara espantava o Deputado, os eleitores tinham um sentimento contrário, pois, tinham apreciado e gostado do seu programa eleitoral, da forma como governava a Câmara da Maia e esse sentimento era cada vez maior, pois, votavam nele de uma forma crescente, como atestavam os últimos resultados eleitorais das autárquicas. Sobre o termo “boys” referido pelo Deputado

João Veloso da Silva Torres e a acusação de que os eleitos locais tinham familiares na Câmara Municipal, esclareceu que nem ele, nem qualquer Vereador tinha qualquer familiar a trabalhar na Câmara Municipal. Igualmente este Deputado tinha afirmado que o cenário que encontrava na Maia era negro, de um Concelho sem estratégia, sem rumo e sem homem no leme. Perguntou a este Deputado se tinha conhecimento se havia no país, um concelho que tivesse feito um investimento similar na Educação, nomeadamente a construção de raiz de três novos centros escolares, a requalificação de catorze, com um investimento de doze milhões de euros, dos quais tiveram a comparticipação de sete milhões de euros e o restante, incluindo terrenos, projectos e infra-estruturas foram suportados pela Câmara Municipal. Tudo isto estava pago. A Câmara da Maia tinha tudo pago, não devia nada a ninguém. Sobre o estudo do endividamento das autarquias, da autoria da Direcção Geral das Autarquias Locais, e que o Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes afirmara que, nesse estudo, a Maia ocupava o terceiro pior lugar das Autarquias. Esclareceu que o estudo que DGAL – Direcção Geral das Autarquias Locais, tinha publicado com a Lista dos Municípios com prazo médio de pagamento superior a 90 dias, no final do 2.º trimestre de 2010, e que continha cerca de 200 municípios, o da Maia não estava incluído, o que significava que a Câmara da Maia era boa pagadora aos seus fornecedores e que a Câmara da Maia ocupava o 7.º lugar, entre os 308 Municípios do país, que tinha realizado a maior redução do seu endividamento. A Câmara Municipal da Maia estava a fazer um grande esforço para reduzir o valor da sua dívida. O ano de 2011 era o ano de contenção orçamental para o qual, além do Estado, as Autarquias deveriam dar o seu contributo. A Câmara da Maia, há anos que vinha reduzindo o valor da sua dívida e iria continuar a baixá-la, cumprindo desta forma a norma que determina que o valor da dívida de uma autarquia em Dezembro de 2011 não poderá ser superior à verificada em Setembro de 2010. O Plano de Actividades e o Orçamento em análise é um documento de intenções e previsões, que no presente caso assenta no apoio à Acção Social e na Educação, que são os pontos fundamentais do investimento da Câmara para o próximo ano. Esclareceu o

✓ D A

Deputado António Alberto Anjos Monteiro que iria fazer a correção por ele referida e os investimentos que citou constavam do Plano de Actividades e Orçamento, nomeadamente a regularização da Ribeira dos Mogos e a intervenção na Avenida Dr. Germano Vieira. -----

----- Posto à votação, o documento **foi aprovado por maioria** com doze votos contra e uma abstenção. -----

**3. 4. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O QUADRIÉNIO DE 2011 A 2014 E ORÇAMENTO ORDINÁRIO PARA O ANO DE 2011 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA MAIA;** -----

----- Nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posto o ponto à votação, **foi aprovado por unanimidade.** -----

**3. 5. 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO FINANCEIRO PARA O ANO DE 2010 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA MAIA;** -----

----- Nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posto o ponto à votação, **foi aprovado por unanimidade.** -----

**3. 6. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA, EM CUMPRIMENTO DO ESTABELECIDO NO ART.º 48.º DA LEI DA FINANÇAS LOCAIS (LEI N.º 2/2007, DE 15 DE JANEIRO) – EXERCÍCIOS ECONÓMICOS DE 2010 A 2012;** -----

----- Nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posto o ponto à votação, **foi aprovado por maioria** com uma abstenção. -----

**3. 7. CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE ACORDO COM A “ANA AEROPORTOS DE PORTUGAL, S.A.”, TENDO EM VISTA A TRANSFERÊNCIA DE UMA PARCELA DE TERRENO PERTENCENTE AO DOMÍNIO PÚBLICO AEROPORTUÁRIO PARA O DOMÍNIO PÚBLICO RODOVIÁRIO E VICE-VERSA;**

----- Nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posto o ponto à votação, **foi aprovado por unanimidade**. -----

**3. 8. MACROESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA;** -----

----- Nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posto o ponto à votação, **foi aprovado por maioria com uma abstenção**. -----

**3. 9. MACROESTRUTURA ORGANIZACIONAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E SANEAMENTO DA MAIA;** -----

----- Nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posto o ponto à votação, **foi aprovado por maioria com uma abstenção**. -----

**3. 10. DOCUMENTAÇÃO DA MAIAMBIENTE – EMPRESA MUNICIPAL DO AMBIENTE, E.E.M.; ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DE PATRIMÓNIO, E.E.M.; ACADEMIA DAS ARTES DA MAIA – PRODUÇÕES CULTURAIS, E.E.M.; EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.E.M. E DA TECMAIA – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA MAIA, E.E.M.. (PARA CONHECIMENTO).** -----

----- Sem inscrições para discussão a Assembleia Municipal tomou o devido conhecimento da documentação apresentada das Empresas Municipais. -----

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida e aprovada, por unanimidade, a acta em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva. -----

----- E sendo zero horas e vinte minutos do dia trinta de Dezembro do ano em curso, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, pela 1.<sup>a</sup> Secretária, Maria de Lurdes da Costa Almeida Rebelo Maia e pela 2.<sup>a</sup> Secretária Márcia Isabel Duarte Passos Resende. -----

O Presidente: Cecília Peixoto

A 1.<sup>a</sup> Secretária: Maria da Glória Bobô Alves

A 2.<sup>a</sup> Secretária: Márcia Peixoto

*30/12/10*

## Assembleia Municipal da Maia

**De:** Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte [paula.duarte@mun-trofa.pt]

**Enviado:** quarta-feira, 15 de Dezembro de 2010 12:29

**Para:** assembleia@cm-maia.pt

*W  
AP*

Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Boa tarde dado que me encontro ausente do país na semana entre o Natal e o Ano Novo peço a minha substituição na próxima reunião da Assembleia Municipal. Aproveito ainda para desejar a todos um Feliz Natal.

Com os melhores cumprimentos

Paula Cristina Duarte

---

Chefe de Gabinete da Presidência  
Câmara Municipal da Trofa  
Rua das Indústrias, nº 393 | 4785 Trofa  
Telf: 252 409479 | Fax: 252 409291

*Convoquei reunião  
representante da cida  
Partido Socialista  
(15/12/10)*

## Assembleia Municipal da Maia

**De:** CANDIDO GRAÇA [candido.graca@netcabo.pt]  
**Enviado:** segunda-feira, 20 de Dezembro de 2010 15:00  
**Para:** 'Assembleia Municipal da Maia'  
**Cc:** candido.graca@gracaquintas.com  
**Assunto:** RE: Edital da 5.<sup>a</sup> Sessão Ordinária de 2010  
**Importância:** Alta

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Maia,

Venho informar V. Exa. De que me é totalmente impossível estar presente na próxima Assembleia Municipal a realizar no dia 29 do corrente, atendendo a que nessa data estarei fora do concelho da Maia, pelo que solicito a V. Exa. a minha substituição.

Grato pela compreensão, subscrevo-me com elevada estima e particular consideração,

**Cândido Graça**

Telemóvel...:- 00 351 965099036  
 Telefone....:- 00 351 229737829  
 Telefone....:- 00 351 224040476  
 Fax to mail:- 00 351 221454171  
 e-mail:- cândido.graca@netcabo.pt  
 e-mail:- candido.graca@despachante.cdo.pt  
 e-mail:- cândido.graca@gracaquintas.com

Rua do Mosteiro, 254 - 2º Esq.

**Apartado 2002**  
EC Aguas Santas  
**4426-909 MAIA**

Tel.: - 00 351 229737829  
 Tel.: - 00 351 224040476  
 Fax:- 00 351 221454171  
 e-mail:- graca.quintas@netcabo.pt  
 Web...:- www.gracaquintas.com

Cândido Graça  
 o reembolso  
 20/12/10

Assembleia Municipal da  
 Maia  
 Entrada nº 166  
 Em 23/12/10

**AVISO.** Se receber um e-mail por engano, agradecemos devolução e aviso ao remetente ou para graça.quintas@netcabo.pt e a sua eliminação sem reprodução. A mensagem e eventuais anexos são susceptíveis de conter informação sujeita a sigilo profissional, ao regime legal de protecção de dados pessoais, de direitos de autor ou outro, pelo que a sua divulgação depende de autorização do remetente. As opiniões emitidas não vinculam necessariamente a firma Graça & Quintas, Lda. A mensagem foi filtrada por um detector de vírus, pelo que o remetente não se responsabilizam por danos provocados por terceiros no sistema de informação do destinatário.

**WARNING.** If you believe that you received a misaddressed e-mail transmission, please return it to sender, notifying him/her of the miss delivery or inform graça.quintas@netcabo.pt accordingly, and delete, do not use, disclose or keep its contents. The message or attachments, if any, may be subject to professional confidentiality, personal data protection, copyright or other legal disclosure restrictions, and, therefore, access by anyone else is subject to the senders authorization. Any views expressed do not necessarily reflect those of Graça & Quintas, Lda. A virus checker sweeps outgoing e-mail. Therefore, neither the sender nor the companies accept any responsibility or liability whatsoever for any adverse effects on your systems or data arising from intercepted, corrupted or virus-infected e-mail.

**De:** Assembleia Municipal da Maia [mailto:assembleia@cm-maia.pt]

30c.3

✓

P M

Ex. mo Senhor  
Presidente da Assembleia Municipal da Maia  
Luciano da Silva Gomes  
Praça do Município  
MAIA

Vila Nova da Telha 27 de Dezembro de 2010

Assunto: 5.<sup>a</sup> Sessão Ordinária de 2010

Floriano de Pinho Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha e deputado da Assembleia Municipal da Maia, de acordo com a lei e o regimento da Assembleia, vem por este meio informar V. Excia, que por motivos de doença, não me será possível estar presente na 5.<sup>a</sup> Sessão Ordinária, a realizar dia 29 de Dezembro de 2010, sendo substituído pelo Secretário do Executivo da Junta de Freguesia, Sr. Joaquim da Silva Azevedo Santos.

Aproveito para endereçar os meus melhores cumprimentos

Floriano de Pinho Gonçalves

*Floriano de Pinho Gonçalves*



Freguesia de  
Nogueira

Maia

DOC. 4

*[Handwritten signature]*

EXMO SR.<sup>º</sup> PRESIDENTE DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA  
PRAÇA DR. JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO  
4470-202 MAIA

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

2010/697

Data

27/12/2010

Assunto: "SUBSTITUIÇÃO NA 5.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA - 29/12/2010".

No próximo dia 29 do corrente pelas 21,30 horas, realiza-se a 4.<sup>a</sup> Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Nogueira, pelo que me farei substituir pelo Tesoureiro desta Autarquia, Exmo Sr.<sup>º</sup> José de Babo na 5.<sup>a</sup> Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Maia.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Ex.<sup>a</sup>, os meus melhores cumprimentos.

*O Presidente,*

ILIDIO SILVA CARNEIRO



Doc. 5

✓  
A AP

Exmo Senhor  
Luciano da Silva Gomes  
M.I. Presidente da Assembleia Municipal da Maia  
Paços do Município  
4470-202 MAIA

ASSUNTO: 5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal  
Substituição

Exmo Senhor

Eu Joaquim Guilherme da Costa Maia, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro Avioso, Sirvo-me do presente para informar V. Exa. que por motivo doença não poderei participar na 5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal.  
Assim, de acordo com a legislação em vigor, faço representar-me pelo meu Substituto Legal Sr. Mauricio Fernandes de Oliveira Ramos (Tesoureiro).

Sem outro assunto, subscrevo-me com os meus melhores cumprimentos.

O Presidente  
Joaquim Guilherme da Costa Maia

Exmº. Sr: Presidente da Assembleia Municipal

Exmº. Sr: Presidente da Câmara

Exmª. Mesa

✓  
OF  
PF

Exmª. Comunicação Social

Estimado Publico

## **Caros Deputados:**

Muito solicitado para informações acerca **do Zoo da Maia, por parte de muitos deputados desta Assembleia, Assembleia de Freguesia, partidos políticos e muitos outros**, só agora, com factos concretos o faço, servindo-me deste **Órgão** que tem sido ao longo dos anos um **companheiro de luta, sempre solidário\$, dando-nos força e coragem suficiente, para levar de vencida esta batalha.**

Assim, manifesto-vos a minha alegria pelo interesse no acompanhamento deste processo e aproveito para Vos informar da actual situação do Zoo, **rumo à legalização.**

Fomos convocados em Junho passado pela D: G: V.(Direcção Geral de Veterinária) para uma reunião nas suas instalações, com o objectivo de, **definitivamente traçar o destino do Zoo da Maia.**

Informaram-nos de uma queixa apresentada pelo Eurogroup na comunidade Europeia contra alguns Zoos, incluindo **o nosso**. Concederam-nos o prazo até **fins de Dezembro em curso** para rectificarmos as questões levantadas pela referida Associação, nomeadamente no que dizia respeito **aos habitats dos felinos, ao Reptilário e piscina das Focas.**

**Durante a reunião com a DGV, apresentamos o novo projecto do Zoo, um pequeno filme sobre o alargamento, e as obras em curso.**

Surpreendidos favoravelmente com a documentação apresentada, **exigiram-nos apenas a construção dos habitats dos felinos, ficando as restantes para se irem construindo, não inviabilizando o respectivo licenciamento.**

No momento já temos as obras quase concretizadas para obtenção do licenciamento **além de outros habitats (Ursos, caimão) temos um novo Reptilário quase concluído.**

**A piscina das Focas** arrancará brevemente.

**A Quarentena** que a Câmara financia na totalidade está em fase de acabamentos)

Caros deputados:

Curiosamente até há pouco tempo a **Quarentena** era a obra fundamental para a obtenção do licenciamento, hoje, mercê da alteração à lei, não **sendo obrigatória é necessária**, pois não é permitida a entrada no Zoo de quaisquer animais sem fazer quarentena, o que, dado o envelhecimento da maior parte deles, vão-se extinguindo e, não podendo ser substituídos, o zoo correria o risco de, ao eliminar a exposição dos animais, contribuir para o seu encerramento.

Finalmente vamos conseguir aprovação do Zoo após uma luta de mais de 20 anos.

Valeu a pena e hoje, mais convicto do que há quatro anos, quando me referi ao Zoo, reafirmo que, com a continuação da V/ ajuda, da Câmara Municipal e de todos aqueles que têm orgulho na N/ terra, vamos apresentar um dos melhores Zoos do País que irá, tenho a certeza, não só, manter os postos de trabalho existentes, criar outros, como também divulgar o concelho através do desenvolvimento do N/ Turismo com visitas de estrangeiros e portugueses, que, **vão dar por certo um empurrão à economia da Maia.**

**Gostaria de, após a legalização do Zoo, em parceria com a Câmara Municipal intensificar o processo para a constituição duma Fundação que, para além de uma maior segurança na continuidade do Zoo, pudesse servir também, com a criação de acções pedagógicas contribuir para o enriquecimento e cultura dos nossos jovens, através de visitas guiadas e gratuitas.**

Estarei sempre disponível para os receber, isolados ou em grupo, como fez recentemente o Partido

Socialista, informando-vos das questões que pretendam, acompanhando no local a evolução das obras.

Conto convosco,

Grato pela V/ atenção

*Eduardo In  
Presidente do Póvoa*

Doc. 7

Os meus cumprimentos ao Presidente da Mesa da Assembleia, Secretárias da Mesa da Assembleia, Deputados Municipais, ao Público presente e Comunicação Social.

*✓ ✓*

Antes de mais, espero que todos tenham tido um Bom Natal e que o Ano Novo, que se avizinha, seja um Bom Ano para todos nós e para todos aqueles que compõe este Concelho, com especial enfoque , para os menos afortunados e mais necessitados.

A minha intervenção cinge-se a três temas, os quais passo a enumerar:

*Espero que se confirme os informações dadas pelo Presidente do Júnto da Inq. Moja Venda*

1) A primeira questão, que aqui coloco, diz respeito ao Jardim Zoológico, um tema ~~do sen~~ que já tinha abordado na Assembleia anterior e que aqui volto a questionar: *confiando das*

- Será que o prazo estipulado para a execução das obras, necessárias para o licenciamento do ZOO, será cumprido?
- Os compromissos financeiros, assumidos pela Câmara, para com o Zoo, estão ou não a ser cumpridos?

2) O segundo tema, que também já abordei, na Assembleia anterior, refere-se à Acessibilidade e Segurança Rodoviária:

- Saliento aqui mais uma vez, a situação da Avenida Periférica, no sentido do Porto/ Câstelo da Maia, na qual se continua a verificar inúmeros acidentes de viação, pela falta de uma boa e eficaz sinalização. Esta questão já poderia ter sido resolvida, caso a Câmara se empenha-se para tal.

3) Por último, no que concerne à Escola da Estação queria aqui referir:

- Muitos têm sido os Pais, que tem mostrado descontentamento, no que respeita ao acesso à Escola, pois devido à existência de armazéns junto à mesma, origina a entrada e saída muito frequente de viaturas, criando inúmeros constrangimentos, devido ao espaço no local, ser exíguo.

Espero realmente que estas situações enumeradas venham a ser resolvidas .

Como o Sr Presidente certamente teve conhecimento em Outubro uma delegação do PS Maia, reuniu com o Presidente da Associação TaxiMaia (Sr. Dr. Victor Monteiro). Esta entidade que conta com 73 associados, deu-nos conta das suas preocupações entre as quais as mais prementes são:

1. a existência de táxis, licenciados para outros concelhos, a operar ilegalmente na Maia devido à inexistência de fiscalização
  - o esta situação além de ilegal é prejudicial, lesando a própria economia do concelho e criando um cenário de concorrência desleal, não apenas para os profissionais do sector mas também para os clientes deste meio de transporte.
2. a falta de actualização do Regulamento de Transportes em Táxi em vigor,
  - o segundo esta entidade a sua revisão traria benefícios significativos à população utente deste meio de transporte, uma vez que o actual provoca ineficiências logísticas, retira competitividade e, consequentemente, onera o valor final a cobrar ao cliente;

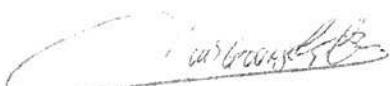
Uma das principais deficiências do regime vigente prendem-se com:

- o modelo de posturas, entenda-se praças de táxi, de estacionamento fixo, o que origina posturas com excesso e outras com carência ou mesmo ausência de táxis.
- Num concelho com 17 freguesias há 9 que não possuem praça de táxis.
  - o Vejamos o exemplo do centro de Gueifães, onde mesmo depois da população se ter manifestado através de centenas de assinaturas num abaixo-assinado, em 2008, entregue aos responsáveis autárquicos, o local de estacionamento para táxis mais próximo continua a ser uma postura em Milheirós,

O aperfeiçoamento do regulamento de transportes em táxi é decisivo, de modo a que a frota de viaturas ao serviço no concelho da Maia, tal como hoje está dimensionada, seja sustentável para os empresários, garanta os postos de trabalho dos seus profissionais e preste bons serviços aos cidadãos.

Estando certo que Sr. Presidente também partilha das preocupações da TaxiMaia, questionamos como se propõe a resolver ou a minimizar as situações acima apresentadas.

Luis Gourgel Silva



29 / 12 / 2010-12-29

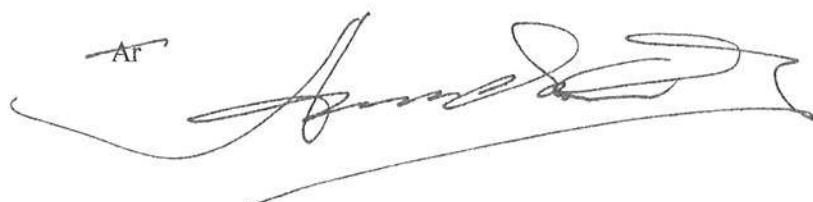
Arranjo na Rua das Tulipas até ao cruzamento da Rua do Mirante, embora esta rua esteja em terra batida, e o facto de ser muito plana, ganha demasiadas poças criando granas dificuldades a quem nela transita. Principalmente às crianças da nova Escola da Gandara

Proibição de estacionar na parte norte da rua Nova da Corga,

Por fim, quero felicitar a Câmara, pela dotação embora para 2012), da rectificação da Rua Central de Rebordãos.

Esta rua que principia na rua dos Moutidos, e termina na ponte de Ardegães, toda ela é bastante estreita , de muito transito, no entanto tem alguns locais do seu percurso, ( principalmente no seu principio, que só não ocorreu nenhum desastre pessoal, por sorte ou milagre. Quando cruzam duas viaturas e pessoas ao mesmo tempo, é uma situação muito complicada, com muros altos e sem valetas, a coisa torna-se bastante difícil.

Daí o meu apelo para que a Câmara , caso seja possível antecipe esses trabalhos para 2010.

Ar  


w  
d  
AP

## 2 – Período de Antes da Ordem do Dia

Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Sr. Presidente da Câmara Municipal da Maia,

Demais membros da Mesa,

Caríssimos Srs. Deputados Municipais,

Respeitáveis membros do público:

Começaremos a nossa intervenção deste período com uma questão que já aflorámos noutros plenários da Assembleia Municipal. Referimo-nos à linha de caminhos-de-ferro de Leixões, recentemente suspensa pela CP. Em nome da crise, segue a liquidação do transporte público, desta feita do ferroviário, numa atitude de desonestade que, neste caso em concreto, acarreta prejuízos para a Maia.

O aproveitamento desta linha férrea mais não seria que o aproveitamento de infra-estruturas existentes com condições para servirem grandes aglomerados populacionais tais como Pedrouços, Águas Santas, o pólo universitário e hospitalar da Asperela ou as zonas industriais da Arroteia e Guifões, em Matosinhos. Porém, o único aproveitamento que se verificou foi puramente político. Quando se aproximavam as últimas eleições legislativas, foi com toda a pompa e circunstância que a então Secretária de Estado e candidata a deputada pelo partido do Governo, Ana Paula Vitorino, se deslocou à inauguração da linha

sentida pelo executivo com a actual situação, verdadeiramente lesiva para todos os maiatos. Em breve, quando se esgotar a cenoura dos descontos, o peso desta malfeitoria será ainda mais evidente. Para além de situações tão ridículas como é, por exemplo, a necessidade dos camiões de recolha do lixo do nosso município terem que pagar portagem no exercício das suas funções – uma situação que já faz parte do anedotário local. Perguntamos, pois, que novos passos serão dados no sentido de resolver esta situação.

Uma referência ainda à questão dos horários das grandes superfícies comerciais. Agora que está terminado o ano e o grande fluxo de consumo que se traduz num alargamento dos horários habituais em final de ano, aproxima-se um tempo de auscultação, ao que parece, para se definir objectivamente esta questão. Não voltarei a enumerar os argumentos da CDU, que, de resto, constam na acta que de seguida votaremos. Porém, como o silêncio do Sr. Presidente da Câmara perante as nossas questões na Assembleia Municipal anterior foi tão pouco clarividente, gostaríamos de saber se, desta feita, nos poderá dizer qualquer coisa acerca deste tema.

Por último, uma referência aos diversos POC que, como tem até sido referido pela comunicação social, foram integrados na Câmara Municipal. São cidadãos e cidadãs desempregados que, trabalhando, auferem pouco mais que o subsídio de desemprego que por direito lhes assiste, continuando inclusivamente a ter que

O Amianto é uma fibra extraída das rochas, com largo interesse comercial, dado o seu baixo custo consequência da grande abundância na Natureza e devido às suas qualidades – não arde, é resistente ao calor, não apodrece e é um bom isolador térmico, acústico e eléctrico.

Segundo um estudo efectuado pela Universidade de Farmácia da Universidade do Porto, o perigo do Amianto reside na possibilidade de inalação das suas fibras que se alojam nos pulmões, podendo provocar o cancro do pulmão.

**Desde 2005 que na Comunidade Europeia se encontra proibido o uso de qualquer variedade do Amianto.**

A legislação nacional é bastante elucidativa quanto a esta matéria, definindo valores limite de exposição (VLE) e estipulando quais as medidas preventivas a tomar.

De acordo com o Decreto-lei n.º 479/1985, de 13 de Novembro, o Amianto é uma substância que comporta risco cancerígeno.

A 11 de Novembro de 2007 o Ministério da Educação reconheceu que “cerca de 59% das escolas analisadas” possuem as chapas de fibrocimento.

Chamo a atenção para a necessidade de haver um controlo dos espaços escolares pois as crianças são um grupo etário mais sensível a contrair doenças respiratórias.

Assim questiono o Sr Presidente sobre a existência de edifícios públicos na Maia com amianto, que possam afectar a saúde dos utentes. Com especial atenção para as escolas.

*Fiz-me a solicitação se a resposta for negativa.*

~~*(Caso contrário agradecerei)*~~

*Caso encontre que se deve responder já fazê-lo em breve  
algó parece ser de interesse.*

717



RECOMENDAÇÃO

✓ P  
→ Moro d.o.  
por Maio  
com Luto coelha  
e 16 obstruções  
29/12/11c

A ocupação da via pública é, já há muito, objecto de tributação pelas autarquias locais.

A Lei das Finanças Locais prevê no artigo 15º a criação de taxas pelos municípios e a Lei nº 53-E/2006 de 29 de Dezembro (que aprovou o regime geral das taxas das autarquias locais) refere no artigo 6º e) que as taxas municipais incidem sobre utilidades prestadas aos particulares, designadamente pela utilização e aproveitamento de bens do domínio público e privado municipal.

Não faltam exemplos concretos de tributação pelos municípios do aproveitamento especial do domínio público local: esplanadas nos passeios, rampas de acesso a garagens, venda de gelados ou outros produtos na via pública ...

Há contudo uma utilização especial do domínio público municipal que não tem constituído, até ao momento, receita tributária das autarquias: as ATM ou caixas Multibanco, quando pela sua localização no exterior de edifícios, levam à ocupação da via pública para a realização de operações próprias dos contratos de natureza bancária.

A instalação de caixas Multibanco na via pública enquadrava-se nas situações previstas na lei. Mesmo que inseridas na fachada de edifícios, o manejo das ATM utiliza a via pública municipal de forma intensa, muito distinta do simples trânsito pedonal.

Por outro lado, a realização ininterrupta, através das caixas Multibanco, dum conjunto muito vasto de operações financeiras no espaço público municipal gera uma significativa utilidade económica para as entidades bancárias.

Não há por isso qualquer razão consistente para que a utilização de forma especial da via pública pelas caixas Multibanco não seja objecto de tributação municipal. Refira-se, como exemplo, que na Espanha o uso especial do espaço público pelas ATM é já objecto duma taxa municipal.

Assim, para que se iniciem os procedimentos previstos no artigo 8º da Lei nº 53-E/2006 de 29 de Dezembro e tendo também em conta a necessidade dos municípios obterem mais receita para uma melhor resposta à grave situação social, a Assembleia Municipal da Maia reunida em 29/12/2010, RECOMENDA ao Executivo camarário:

- que seja criada uma Taxa pela utilização especial do domínio público municipal pelas caixas Multibanco instaladas no exterior dos edifícios.
- que os serviços técnicos do município elaborem o processo de fundamentação e proposta do montante anual a cobrar pela utilização da via pública no funcionamento das caixas Multibanco, tendo em conta os normativos legais quanto às taxas municipais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Grupo Parlamentar Municipal

**VOTO DE PROTESTO**

✓  
 1º mandado  
 2º mandado  
 27/12/20  
 AP

**Encerramento da Linha Ferroviária de Leixões**

Decorria o ano de 2009, quando foi reaberta com toda a pompa a circunstância, a Linha de Leixões de Transporte de Passageiros, que iria servir os concelhos de Valongo, Maia e Matosinhos.

Na altura todos se congratularam com esta medida: o Governo, através da senhora Secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino; a Câmara Municipal da Maia através do seu Presidente o senhor Engº Bragança Fernandes; as populações de Águas Santas e Pedrouços que viram na reabertura da Linha de Leixões, uma via de transporte alternativo e de proximidade ao seu dispor.

Na altura a Câmara Municipal da Maia manifestou o seu contentamento com esta mais-valia para o seu concelho, tendo lamentado que ainda não estivessem contempladas as reivindicações por ela apresentadas como a beneficiação e criação de algumas Estações em locais de grande densidade populacional: Levadinha/Casa do Alto, da Caverneira e do Meilão.

Em resposta a esta pretensão a Senhora Secretária dos Transportes disse o seguinte:

- Caso se justifique, serão criadas novas Estações ao longo da Linha de Leixões, mas sem comprometer a viabilidade do tempo de trajecto.

E disse ainda:

- Quando a linha estiver concluída vai ter um grande impacto na capacidade da região para se promover do ponto de vista turístico, porque atravessa zonas muito interessantes do ponto de vista paisagístico. Os 500.000 euros até agora investidos na Linha de Leixões são um valor completamente marginal face aos benefícios que dele advêm. O que está em causa no sistema de transportes, particularmente no ferroviário, não é apenas uma análise financeira, porque esta não tem em conta a equidade no acesso ao território, que é uma questão de democracia e liberdade.

E assim, ficamos todos à espera que realmente isso acontecesse.

Passados 15 meses, e ao contrário que foi dito pela Secretaria de Estado na altura o: "que era fundamental para esta região" deixou de o ser.

O Governo não cumpriu o que tinha prometido. A abertura de novas Estações, em áreas densamente habitadas, iria aumentar exponencialmente o número de passageiros e era a condição fundamental para o sucesso da viabilização da Linha de Leixões.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Grupo Parlamentar Municipal

O Governo prometeu, mas nada fez e os resultados viram-se.

Por isso recentemente o Governo anunciou a sua intenção de mandar encerrar a Linha de Leixões de Transporte de Passageiros.

Esta atitude do Governo é uma medida que prejudica gravemente a Maia e os Maiatos, sobretudo os cidadãos de Pedrouços e de Águas Santas, bem como os de Valongo e de Matosinhos.

A Assembleia Municipal na sua 5.<sup>a</sup> Sessão Ordinária realizada a 29 de Dezembro de 2010:

**DELIBEROU**

1. Apresentar ao Governo do País um Voto de Protesto por tal medida, injusta para o concelho da Maia e para as freguesias de Águas Santas e Pedrouços, bem como para os outros Concelhos e populações afectados.
2. Exigir ao Governo que a Linha de Leixões de Transportes de Passageiros se mantenha aberta.
3. Exigir ao Governo que cumpra e assuma os seus compromissos, que complete a projecto de modernização anunciado, nomeadamente a beneficiação e abertura de novas Estações, pois desta forma a via poderá ser rentável.

Maia, Paços do Concelho, 29 de Dezembro de 2010

O Grupo Parlamentar Municipal do PPD/PSD

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Doc. 14

Exm.<sup>o</sup> Senhor:

Presidente da Assembleia Municipal

MAIA

Nome

José Joaquim Alvaro Maia (MEMBRO DA ASSEMBLEIA DE  
FREGUESIA ( PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CIPUR )

Morada

RUA NOVA DO MONTE DAS PEDRAS, 98 DE ACOMPANHAMENTO DA CIPUR

Freguesia

Monção

Código Postal

4 4 7 0 — 6 3 3

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Ex<sup>a</sup>., que atento ao disposto no nº 3, do artigo nº 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

ENCERRAMENTO DA PASSAGEM DE NÍVEL DA ESTAÇÃO  
DO METRÔ DE MONÇÃO

Maia, 29/12/2010

(Assinatura)

José Joaquim Alvaro Maia

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.



Assembleia Municipal da  
Maia

Entrada nº 159  
Em 16/12/2010

DOC: 15  
BPA - Recado ordinário  
de setembro/10  
16/12/10

Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Paços do Concelho

MAIA

Ofício nº 23.228

ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA  
ACTIVIDADE MUNICIPAL.

Ex.mo Senhor Presidente,

Nos termos da Lei, levo ao conhecimento de V. Ex.a e através  
de V. Ex.a à Ex.ma Assembleia Municipal, a presente Informação.

Esta Informação sobre a actividade do Município é redigida na  
circunstância e a propósito da realização da 5ª Sessão Ordinária da  
Assembleia Municipal do ano de 2010.

Nesta Sessão a Câmara submete à apreciação e à aprovação  
por parte da Assembleia de importantes documentos para a vida e para a  
actividade futura do Município.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to read "B. M.", is placed above a handwritten mark consisting of several short, curved lines.

A handwritten mark consisting of several short, curved lines, likely a stylized signature or initials.

As "Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2011" da Câmara Municipal, assim como os similares respeitantes aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, assumem neste aspecto um grande significado pois, pela grande expressão de seu conteúdo no que em especial respeita à definição de linhas de acção e da actividade que nos propomos levar a efeito, aportam em si mesmo as linhas enquadradoras de toda a actividade que o Município vai levar a efeito no próximo ano.

A estes juntam-se os oriundos das Empresas Municipais que, ao versarem os mesmos objectivos, constituem um conjunto de documentos que comportam em si, e com muito detalhe, a actividade e a vida do nosso espaço municipal.

Assim, e neste momento, nada mais julgo ser necessário referir a este propósito.

Todavia, não poderia deixar de fazer uma mera alusão, se bem que quase que epigráfica, ao que estamos a desenvolver e a empreender no nosso Concelho, pelo que passo a assinalar a conclusão de alguns importantes empreendimentos que foram inaugurados no período de tempo decorrido desde a última vez que me dirigi por escrito a esta Assembleia.



*[Handwritten signature]*

– No dia 2 de Outubro abrimos ao trânsito e inaugurámos mais um troço da designada Via Periférica – a Av. do Eng. José Afonso Moreira de Figueiredo –, estabelecendo a ligação da A-41 com a Rua do Cavaco através da rotunda do Requeixo, na Freguesia de Vermoim.

– O edifício e espaços exteriores que compõem a ampliação da Escola do EB1/JI de D. Manuel II, em Vermoim, foram inaugurados no dia 5 de Outubro sendo o acto inaugural presidido pelo Sr. Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária, Dr. José Magalhães.

– O Sr. Presidente da República, Professor Dr. Aníbal Cavaco Silva, concedeu-nos a distinta honra de se deslocar ao nosso Concelho para, no dia 7 de Outubro, presidir à inauguração do Centro Escolar Gueifães / Vermoim.

Uma pequena nota suplementar para referir que nos foi muito gratificante ouvir o seu testemunho e as suas palavras acerca do que representa a Maia, a forma como o País vê a Maia e o que nos caracteriza e diferencia no todo nacional, isto vindo do mais alto magistrado da Nação com o conhecimento profundo e especioso que tem do País.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente



– No dia 6 de Novembro assinalámos a conclusão das profundas obras de beneficiação e ampliação da Escola Príncipe da Beira, na Freguesia de Gueifães, passando agora a constituir um equipamento de uso geral e para variados fins, em especial os dedicados a actividades culturais.

– A Casa Mortuária de Folgosa, uma iniciativa da Junta de Freguesia de Folgosa com o apoio financeiro e técnico da Câmara Municipal, viu assinalada a sua conclusão no dia 14 de Novembro.

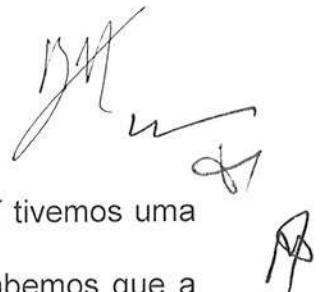
– A Sra Ministra da Educação, Dra Isabel Alçada, deslocou-se à Maia, no dia 30 de Novembro, para presidir à inauguração do Centro Escolar da Gandra, na Freguesia de Águas Santas.

Numa só palavra diria que, uma vez mais, e agora através de um membro do Governo, a Maia viu os seus méritos reconhecidos e a sua capacidade realizadora, mas e ao mesmo tempo diferenciadora e pioneira, reconhecidos.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente



Na questão da introdução de portagens nas SCUT tivemos uma acção forte e empenhada ao longo de todo esse processo. Sabemos que a razão nos assiste e que estamos a defender não qualquer interesse paroquial mas algo que se reveste de inteira justiça.

Continuamos a afirmar que não existem razões para que a A-41 tenha portagens em tudo quanto é sítio e que a via em consideração, na Maia, se reveste de carácter de interligação transversal às vias de grande trânsito com orientação N-S que atravessam o nosso Concelho ou que o marginam.

Somos imensamente prejudicados e a nossa actividade económica está a ser penalizada. Reafirmamos que não existe critério nesta decisão do Governo e que o Sr. Secretário de Estado teve um conjunto de atitudes que em nada significam o Poder e quem o exerce.

Afirmo que fomos politicamente descriminados e que essa responsabilidade cai, por inteiro, no Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações. A Maia foi deliberadamente ostracizada.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

*[Handwritten signature]*

Quero, por fim, manifestar-me ao inteiro dispor de V. Ex.a e da Ex.ma Assembleia Municipal para apresentar e fornecer quaisquer informações complementares que venham a entender como necessárias.

Mais informo que o saldo de tesouraria da Câmara Municipal, à presente data, cifra-se em Euros, repartido da seguinte forma:

a) Documentos –	1.568.229,82
b) Dotações orçamentais –	1.507.528,10
c) Dotações não orçamentais –	4.812.568,09

Sendo tudo o que, ao momento, me cumpre informar, aproveito a ocasião para apresentar a V. Ex.a e aos Membros da Assembleia Municipal e respectivas famílias os meus melhores e sinceros desejos de um Santo Natal e de um Excelente Ano Novo.

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 14 DE DEZEMBRO DE 2010,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

*[Handwritten signature]*  
(ENG. ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES)

DOC. 16



✓  
7  
MP

**JUNTA DE FREGUESIA DE GUEIFÃES  
CONCELHO DA MAIA**

Telefone 229 600 359 – Fax 229 605 007

Exmo. Senhor  
Presidente da Assembleia Municipal  
Exmos. Senhores Secretários  
Exmo. Senhor Presidente da Câmara  
Exmos. Senhores Deputados  
Minhas Senhoras e meus Senhores

Senhor Presidente

Queria agradecer a V. Ex.<sup>a</sup> e ao seu executivo pela instalação na Freguesia de Gueifães do “Centro Escolar Gueifães – Vermoim” inaugurado no passado dia 7.OUT.2010 por Sua Ex.<sup>a</sup> Sr. Presidente da República, acto este que muito dignificou o Concelho da Maia e muito particularmente a Freguesia de Gueifães.

Este equipamento de excelência, para além de contribuir para a grande valorização do nosso parque escolar, vem permitir uma melhor qualidade de ensino e um melhor acompanhamento aos nossos jovens alunos.

Aproveito também a oportunidade para agradecer a V. Ex.<sup>a</sup> e ao Sr. Vice-Presidente Eng. António Tiago pelo empenhamento demonstrado nas obras de recuperação da centenária “Escola Príncipe da Beira” pois foi a melhor homenagem que Vs. Exas. poderiam ter prestado à Freguesia de Gueifães, ao recuperarem este edifício, devolvendo-lhe a dignidade que merece.

Assim, e em nome de todos os Gueifanenses, apresento a V. Ex.<sup>a</sup> os nossos sinceros agradecimentos.

Gueifães, 29 de Dezembro de 2010

JUNTA DE FREGUESIA DE GUEIFÃES

O Presidente

António Alberto Anjos Monteiro

(António Alberto Anjos Monteiro)

### 3.3 – Aprovação das Grandes Opções do Plano – Orçamento da Receita e Despesa e Documentos Provisionais do Município, Para o Ano Financeiro de 2011

*n  
T  
M*

Sr. Presidente da Assembleia Municipal,  
Sr. Presidente da Câmara Municipal da Maia,  
Demais membros da Mesa,  
Caríssimos Srs. Deputados Municipais,  
Respeitáveis membros do público:

O contexto social e económico em que se insere a apresentação das propostas orçamentais para o próximo ano é restritivo, como todos certamente reconhecemos. O quadro de recessão económica, identificado pela Câmara Municipal na nota preambular do documento, estender-se-à, porventura, por outros anos além de 2011. De resto, o rumo político seguido pelo país, com a austeridade exigida aos trabalhadores sem que os grandes grupos económicos sejam atingidos – veja-se a despudorada atitude manifestada nas últimas semanas por alguns dos mais importantes grupos empresariais da nossa praça, de antecipar a partilha de dividendos pelos investidores, e o modo não menos despudorado como a direita parlamentar, com o Partido Socialista como testa de ferro, impediu a justa taxação das mesmas, proposta pelo Partido Comunista Português, chegando-se ao triste



espectáculo de vermos o líder da bancada parlamentar daquele partido ameaçar bater com a porta se os seus deputados não protegessem, uma vez mais, as grandes fortunas do país com maiores assimetrias sociais da União Europeia – a austeridade exigida aos trabalhadores apenas, diziamos nós, está para durar, como lamentavelmente tudo leva a crer.

Por esta razão, entendemos que as despesas da Câmara Municipal para o ano que aí vem deveriam focalizar-se essencialmente nas necessidades sociais do nosso Concelho. Em situação de crise, a coesão social deve ser a prioridade política: o desemprego e o empobrecimento, passos naturais no sentido da exclusão social, são realidades que devem ser levadas muito a sério, sob pena de, no médio prazo, os custos sociais serem gravíssimos para a nossa terra. A este respeito podemos citar os eminentes sociólogos Boaventura Sousa Santos e António Barreto que, não obstante as diferenças dos respectivos olhares sobre a sociedade, afirmaram ainda recentemente na comunicação social que o caminho que seguimos poderá levar a “uma situação explosiva nos próximos anos”, nas palavras do primeiro, ou a “verdadeiras explosões” sociais, nas palavras do segundo.

Não defendemos subsidiação a esmo, como outros. A exigência de clareza na distribuição de fundos públicos, nomeadamente no sector social, não pode ser menorizada em nome da emergência; as vacas magras de uns não podem nunca ser as vacas gordas de outros. Mas, ainda assim, é indescrível

que as dotações de âmbito social serão manifestamente insuficientes para o ano da sedimentação da crise que 2011 será.

Tal insuficiência é tanto mais evidente quanto se verifica o habitual despismo das chamadas “outras despesas”, uma espécie de Casa da Malta, essa que está sempre aberta e onde sempre cabe mais um. Do mesmo modo, consultadorias, estudos e pareceres continuam em grande na escala das necessidades do município.

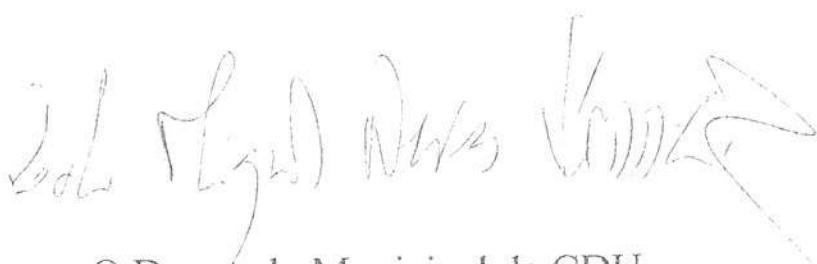
Minhas senhoras e meus senhores: tempos de crise exigem soluções excêntricas à ortodoxia política vigente. Se é verdade que a diminuição das transferências financeiras do Poder Central é um factor importante para algumas das dificuldades orçamentais sentidas, é igualmente verdade que não será pela repetição interminável deste facto que se implementarão as mudanças necessárias. Por outro lado, apesar dessa diminuição, assim como da redução das receitas directas, não se verifica o mínimo esforço em conter despesas relacionadas com a administração e a acessoria, sem esquecer, como é óbvio, as administrações das inúmeras Empresas Municipais, que pela Maia pululam, e o sorvedouro de dinheiro que tal representa para a Câmara Municipal, em proveito de tantos *boys and girls* – perdoem-me o anglicismo – orbitando em redor dos aparelhos partidários que exercem poder.

As Grandes Opções do Plano que agora discutimos são um documento onde se consagra a continuidade política, um



documento que não reflecte ainda o quadro socio-económico que já se anuncia ao nosso redor e que marcará decisivamente a realidade nos próximos tempos, a começar já pelo ano de 2011 que dentro de dias entrará. Na opinião da CDU, é uma oportunidade perdida para antecipar problemáticas por todos reconhecidas e para minorar situações complicadas que pautarão o quotidiano português dos próximos tempos e, inevitavelmente, o quotidiano maiato.

Maia, 29 de Dezembro de 2010



O Deputado Municipal da CDU

**BLOCO DE ESQUERDA  
MAIA**

✓  
T  
AP

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara

Exmos. Srs. Vereadores

Exmos. Srs. Deputados

Digníssimo Público

Srs. Jornalistas

A proposta de Orçamento e GOP da Câmara Municipal Maia para 2011, aqui em análise é em nossa opinião uma proposta de orçamento que está longe de responder às exigências que do ponto de vista do Bloco de Esquerda a situação política económica e social exige para o nosso Concelho.

Vivemos uma situação de grave crise económica e social, que certamente se acentuará em 2011 e por tal motivo as preocupações sociais que afectam os maiatos exigiriam um orçamento muito mais direcionado para os apoios sociais às famílias do que o que nos é proposto.

Pelo que lemos do Sr. Presidente numa recente entrevista a um jornal local, afirmava que, e passo a citar “Vou apostar na acção social e ajudar os mais desfavorecidos” não vislumbramos nada de concreto que demonstre que efectivamente houve um reforço claro nesta direcção...

Para nós, a acção social não se pode cingir a apoios pontuais marcados por acções de maquilhagem ou propaganda, como o cabaz de Natal, o passeio ou ida à discoteca com idosos ou outras acções meramente esporádicas e desestruturadas... são necessários apoios evidentes às famílias, como por exemplo ajuda

2  
T  
A

aos mais careciados na compra de medicamentos ou no preço das tarifas da água e electricidade, apoio nos passes sociais e outros.

No preâmbulo de apresentação do documento, é evidenciada a redução da dívida como prioridade e fecho de responsabilidades financeiras que o município efectuou na Educação e naturalmente no melhoramento das infra-estruturas do ensino no Concelho. Estamos naturalmente de acordo, mas não podemos esquecer que quando o investimento privado é escasso, sem investimento publico neste caso municipal a recessão será ainda mais vincada e agravada.

Por isso achamos que é fundamental investir em infra-estruturas que são fundamentais para o melhorar a qualidade de vida dos maiatos como por exemplo no apoio à infância, nomeadamente no que à construção de Creches e Infantários~~período passado~~ repetimos a necessidade de ser criado um plano de construção de um equipamento por Freguesia sob responsabilidade e gestão da autarquia.

Também, no que diz respeito ao apoio à Terceira Idade a situação é muito grave, pois os equipamentos existentes são quase na sua totalidade da responsabilidade de instituições privadas e como tal, têm apenas como objectivo o lucro. Os restantes (que são poucos), são explorados por Instituições de solidariedade social, e estes sim contam com apoios efectivos da autarquia.

Apoios estes, com os quais concordamos, mas que deveriam ser complementares e não serem resposta à falta de investimentos em estruturas da própria autarquia, temos de ter em conta de que estes equipamentos sociais são tão ou ainda mais importantes que as infra-estruturas desportivas e estas como sabemos, são quase todas da responsabilidade da autarquia.

Isto é assim, porque do ponto de vista estratégico o executivo camarário não tem qualquer política de apoio a este importante grupo de população do nosso Concelho.

Também no que à habitação social diz respeito e apesar de no preambulo se afirmar que este ano será lançada uma nova fase de construção e reabilitação de habitação social, nos parece que com a proposta de orçamento que aqui nos presenteiam isso possa ser realidade!

Aliás a política de habitação social da Câmara Municipal, é neste momento para nós muito preocupante!

Exemplo disso são a degradação a que o conjunto habitacional do Sobreiro Maia I e Maia II, condições de degradação tais que só com um novo programa de construção ou reabilitação estruturado será possível melhorar...

Aliás, temos constantemente alertado o município para a necessidade de se efectuar um novo levantamento das carências habitacionais do Concelho. Como por diversas vezes afirmamos, em algumas freguesias nomeadamente Barca, Pedrouços, Vermoim e Maia as habitações em ilhas sem quaisquer condições de habitabilidade continuam a persistir. O presente orçamento não dá resposta inequívoca a este problema.

Outro exemplo da falta de critérios ou de respeito no presente Orçamento é o valor quase irrisório da dotação de verbas para as freguesias!

Com efeito, as ridículas dotações quase não chegam para o pagamento dos salários dos funcionários! Não é aceitável que estas sejam inferiores a transferências que são atribuídas às colectividades ou algumas acções de índole cultural? É uma falta de respeito para com os presidentes de Junta que são os que primeiro sentem na pele as dificuldades dos municíipes que todos os dias os confrontam com problemas gravíssimos de cariz social e aos quais não podem dar resposta!

Como afirmamos noutros momentos, ficamos pois impressionados como é que com este verdadeiro "garrote financeiro" os Presidentes de Junta possam ainda dar o seu acordo a orçamentos com tantas discrepâncias e injustiças.

Como poderão cumprir os Presidentes de Juntas com as promessas que assumiram de resolução dos problemas que tão bem conhecem conjuntamente com as suas populações? Temos de ter a coragem de pôr tudo isto em causa e exigir ao executivo uma postura diferente...

Em sentido contrário temos as dotações para as empresas municipais, estas são um verdadeiro sorvedouro dos dinheiros do Orçamento Municipal. Temos vindo a afirmar que a política de criação de empresas municipais apenas tem servido para que o controlo orçamental e de funcionamento das mesmas fuja da análise e decisão deste órgão executivo! Os resultados financeiros de algumas delas são recorrentemente negativos e por isso questionamos da necessidade da sua existência, afirmamos mesmo que algumas deveriam ser extintas e absorvidas pelos serviços camarários e de certeza que obteríamos poupança de recursos financeiros e teríamos ganhos de eficácia na prestação de alguns serviços.

**Por tudo isto afirmamos que o Orçamento e o Plano de Actividades da Câmara da Maia que hoje ~~deverá~~ ser debatido e aprovado ou não nesta Assembleia Municipal vai acentuar o declínio do município em matérias que consideramos fundamentais para a qualidade de vida dos nossos concidadãos.**

**Meia-dúzia de indicadores dão a imagem das consequências gravosas da política da maioria PSD no município da Maia:**

Senão vejamos, o histórico da execução orçamental tem consecutivamente demonstrado que as metas orçamentais propostas pelo executivo ficam sempre muito aquém do prometido! Assim e apesar do orçamento ser inferior ao proposto para 2010, tudo indica que a história se irá infelizmente repetir!

Assim, e em termos comparativos o orçamento apresentado em 2010, foi de 105.760.860 € o que nos é presente para 2011 é de 90.793.285 €, isto é, menos cerca de 14% do que do ano transacto. Apesar da significativa redução, temos a certeza de que não vai ser cumprido porque apesar de tudo, assenta mais uma vez em pressupostos de receita que em nossa opinião infelizmente não vão ser concretizados.

As despesas correntes serão de € 48.439.985, das quais quase 20.988.720 € serão para despesas com pessoal, mais de 43% do total das despesas correntes! Esta rubrica foi mesmo estranhamente aumentada relativamente ao orçamento de 2010! Gostaríamos mesmo que o Sr. Presidente nos esclarecesse do motivo deste aumento!

As despesas de capital apesar de terem diminuído substancialmente vão continuar a limitar fortemente a execução orçamental, e serão de € 42.353.300!

Quanto ao Orçamento das receitas: O Plano de 2010 tinha como previsão para Receitas Correntes o valor de 64.519.223€, estamos certos de que as contas de 2010 demonstrarão que esta previsão não passou disso mesmo! Assim para 2011 o Orçamento propõe 61.366.560 €, e na nossa modesta opinião vai mais uma vez falhar redondamente!

Como sabemos estas receitas são provenientes dos Impostos Directos, e estes por razões objectivas serão quase impossíveis de concretizar dada a conjuntura de grave crise económica que o país atravessa e à qual a sociedade Maiata, infelizmente não poderá fugir!

Mesmo com a política adoptada pelo executivo de taxas máximas de impostos tanto no IMI como na Derrama, estas em nossa opinião ficarão muito longe do previsto pelo executivo.

Por outro lado, as receitas de Capital no valor de 29.426.725€ menos quase 29% do que o previsto para o exercício de 2010 demonstram bem o que se avizinha!

Por tudo o que aqui referimos, para nós as Grandes Opções e Plano de Actividades manifestam escolhas e prioridades da política deste Executivo municipal. Naturalmente as nossas são muito diferentes.

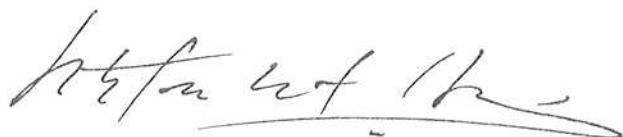
Assim as opções politicas assumidas neste Orçamento e Plano de Actividades para 2011, não poderão merecer a nossa aprovação!

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda

Silvestre Pereira

Francisco Amorim

Maia, 29 de Dezembro de 2010





GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA  
Ex.ros  
Presidente da AMM  
Deputados municipais  
Senhor Presidente da Câmara Municipal

*[Handwritten signatures]*

1.

O debate político nesta AMM só faz verdadeiramente sentido quando centra as suas preocupações na vida das pessoas e no futuro da Maia. Especialmente neste momento em que vivemos ainda os efeitos perniciosos da maior crise económica internacional dos últimos oitenta anos, é com isso que nos devemos todos preocupar neste processo de apreciação do Plano e do Orçamento apresentado pela CMM para 2011.

Reforcemos pois o nosso empenho no ultrapassar da crise e na afirmação da Maia, evitando demagogias e promessas fáceis, que apenas procuram explorar as dificuldades vividas pelas pessoas. É fácil culpar o governo e o primeiro-ministro pela crise, mas não conseguimos, com isso, justificar por que razões ela atinge de forma ainda mais dura a Islândia, a Grécia ou a Irlanda ou por que ameaça também países como a Espanha, a Itália ou a Bélgica.

Podemos dizer que a crise apenas agravou a derrapagem das contas públicas, numa crise que era anterior a 2009, mas, então, há que afirmar, com toda a clareza, como fez o Prof. Manuel Caldeira Cabral, da Universidade do Minho, que "nos últimos 30 anos, a despesa pública aumentou de 29% para 45% do PIB. Um aumento do peso do Estado na economia de 16,3 pontos percentuais, dos quais 12,1 p.p. (75%) aconteceram em governos liderados pelo PSD e apenas 4,2 em governos PS".

Podemos tentar culpar o governo pela situação problemática vivida pela CMM, mas teremos que esclarecer, então, por que razão a dívida da autarquia atingiu valores astronómicos muito antes de 2005 e por que razão, apesar da redução da dívida nos anos posteriores à aprovação da Lei das Finanças Locais, a Maia surge ainda, em 2009, como a terceira autarquia com maior endividamento líquido (já excluindo montantes legalmente excepcionados) e como a terceira autarquia com maior endividamento de médio e longo prazo (também excluindo montantes legalmente excepcionados)!

2.

É nos tempos economicamente difíceis que a acção política é mais exigente. A política suporta-se sempre, evidentemente, em ideias e em visões do mundo. São elas que nos permitem perceber os problemas e pensar as suas soluções. Sempre! Fujamos, por isso, de quem faz o discurso contra a ideologia e as ideias! Mas a política é também gerir recursos, que são inevitavelmente escassos. São-no sempre, mas designadamente nos tempos em que vivemos. Por isso, é sobretudo nestas circunstâncias que a acção política e as políticas orçamentais exigem definir prioridades e fazer opções. E isso só é possível quando há capacidade de decisão e de influenciar essa decisão. Evitemos, por isso, quem, para ser simpático e na obsessão de agradar, foge a tomar decisões, a fazer opções e a estabelecer prioridades! São bons relações públicas, mas estão muito longe de ser os políticos de que a Maia precisa!

Para fazer essas opções e estabelecer prioridades políticas (estou a falar de acção política e não da mera gestão administrativa corrente...) é pois necessário fazer a apreciação da importância relativa dos problemas e apreciar a urgência comparada dos diferentes desafios, para que seja possível esclarecer oportunidades e aliados e perceber as dificuldades e adversários. É neste quadro que a determinação política esclarecida é fundamental. Fujamos, pois, de quem deixa passar ao lado as oportunidades e não é capaz de estabelecer estratégias eficazes de resolução de problemas. Esses são sempre os que se queixam dos outros para disfarçar inéncias e incapacidades. São muitas vezes simpáticos, mas totalmente ineficazes na construção política do futuro. Como é óbvio. Também aqui na Maia...

3.

*[Handwritten signatures/initials]*

É neste quadro de exigência que o PS estabeleceu os seus critérios para a construção do Orçamento para 2011, a saber: RIGOR ORÇAMENTAL, CONTENÇÃO NAS DESPESAS, SENSIBILIDADE SOCIAL e INVESTIMENTO NO FUTURO.

O PS preconiza, efectivamente, um ORÇAMENTO DE RIGOR. É inaceitável o recorrente inflacionamento das previsões orçamentais, com taxas de execução que não chegam aos 70% (como aconteceu em 2009). Estas taxas de execução não são compagináveis com credibilidade e rigor. Na conjuntura actual, por maioria de razão, exige-se realismo e rigor na preparação do Orçamento. A redução em 14,15% no valor proposto do Orçamento está longe daquilo que a história dos documentos financeiros de previsão e de prestação de contas da CMM aconselham. O PS insiste em que se pode e se deve ir muito mais longe, aproximando essa redução aos 40% (para aproximadamente os 70 M€). De resto, é bom sublinhar que o rigor na definição de todas as rubricas do orçamento é fundamental para reforçar o papel fiscalizador da Assembleia Municipal, pela obrigatoriedade de submissão para apreciação de quaisquer alterações que impliquem a rectificação dos valores de orçamentação propostos.

4.

Na verdade, a CMM tem que fazer um esforço de CONTENÇÃO NAS DESPESAS, designadamente naquelas que não apresentam uma justificação razoável. Ao contrário do que muitas vezes o discurso publicado faz levar a pensar, a maioria da despesa pública não acontece em instituições supérfluas ou em gastos sumptuários. Estas existem e todos reconhecemos que devem ser travadas, mas esta acção, apesar do seu efeito moralizador, tem pouco impacto na despesa total. O grosso dos gastos está em áreas como a saúde, a educação, a defesa e a segurança, assim como nas transferências para os mais pobres, os desempregados e os reformados. Qual é pois a solução? Temos todos que fazer um esforço geral de eficiência, que deve abranger também as autarquias, para evitar os gastos excessivos no exercício das suas funções regulares e, designadamente, em compras dispensáveis de bens e serviços.

No caso da CMM, assistimos mesmo ao aumento de algumas despesas. Há, desde logo, um aumento das despesas com pessoal de 2,84%, mesmo numa altura de redução geral da massa salarial na função pública. Depois, há outros agravamentos impensáveis, como o que se verifica, p.e., em estudos, pareceres e consultadorias (um impensável aumento de 60%, que é de 135%, se compararmos este valor com o valor efectivamente executado em 2009). Efectivamente, exige-se, à CMM, um maior esforço de limitação na aquisição de bens e serviços, não sendo admissível que a redução proposta de 13,59% seja mesmo inferior à redução prevista do total da despesa (-14,15%).

A CMM não pode, de resto, limitar-se a transferir para os outros o peso dos seus problemas. E é isso que a CMM faz! A verdade é que, se viu reduzidas as receitas por transferências correntes em 431.735 € (-3,1%), ela própria reduziu essas transferências correntes nas despesas em 524.560€ (-13,31!). A CMM assume-se, assim, como um factor que reforça a penalização das instituições e dos cidadãos maiatos.

5.

Esta postura deve estar, também, na base da apreciação das empresas municipais criadas pela CMM. Neste campo, a atitude típica do executivo tem sido a de deixar arrastar as situações difíceis até ao absurdo, por vezes até à insolvência. Isto não é aceitável. Com efeito, o que a prática vem demonstrando é que a criação de empresas municipais, à custa da transferência de serviços de relevo e significativas dotações financeiras, facilitou alguma opacidade na sua gestão, o esvaziamento das competências da CMM e dificuldades importantes no controlo e escrutínio democrático da sua actividade. A acrescentar, na Maia, muitas das empresas municipais têm tido níveis de eficácia muito questionáveis e resultados financeiros desastrosos. É pois necessário, sobretudo depois das alterações no quadro normativo do seu funcionamento, reequacionar a existência das EM que não justifiquem o seu valor económico e social, com base em avaliações rigorosas, fazendo regressar as suas competências e serviços prestados aos departamentos e divisões camarárias, salvaguardando-se os direitos dos trabalhadores e a sua integração no quadro de pessoal da câmara.

6.

Esta postura de exigência e rigor deve também estar presente na apreciação das soluções políticas da CMM. Ora, a CMM, que tinha um número de vereadores remunerados acima daqueles que a Lei sugere (fazendo uso de uma solução excepcional permitida pelo normativo), viu esse número alargado neste mandato. Cremos, francamente, que o próprio PSD reconhecerá que esse número é hoje excessivo. Assim sendo, é de todo razoável que se reduza o número de vereadores remunerados, numa iniciativa que, mais do reduzir a despesa, responsabilize os eleitos, sobretudo quando remunerados, para a necessidade de justificarem a sua validade política, revelando uma mais valia que não se esgote na mera acção de gestão administrativa, que cabe aos quadros autárquicos.

7.

Deste Orçamento espera-se, no actual quadro de crise económica internacional, maior SENSIBILIDADE SOCIAL. A redução da despesa supérflua é imprescindível para que a CMM possa, como o PS tem repetidas vezes pugnado nesta AMM, promover um conjunto de medidas que promovam o emprego e reforcem a coesão social. Para isso, é necessário o reforço dos meios financeiros, uma reorganização dos serviços sociais do concelho e soluções concretas para resolver os problemas mais imediatos das pessoas. O PS fez, uma vez mais, o seu trabalho de casa, apresentando um conjunto de medidas nestes domínios. O executivo parece continuar a navegar na proposta, mal sustentada, de um Fundo de Solidariedade Municipal, agora reforçado em 50.000,00€, esquecendo, precisamente, que a falta de suporte político para a definição de critérios para a sua utilização tem conduzido à sua inoperância (utilizados 186 €).

A CMM deve, igualmente reconhecer o papel determinante das IPSS para a promoção do bem comum, competindo-lhe, no pleno respeito pela sua identidade e autonomia, apoiar as suas iniciativas e garantir as condições que permitam aprofundar o empenhamento co-responsável das pessoas, famílias e comunidades no seu processo de desenvolvimento. Ora, a triste realidade é que há uma redução significativa das transferências destinadas a estas instituições. A redução global realizada nas transferências correntes é encaixada totalmente pela redução das transferências a estas instituições.

O PS defende, há muito, a definição de critérios claros para a atribuição de subsídios. Mais, preocupa-nos que o histórico da atribuição destes subsídios mostre que apenas 9% é dirigido para instituições de acção social, sendo que apenas 2% vão directamente para instituições que prestam directamente serviço de auxílio aos mais necessitados. O que esperamos é que o corte previsto de mais de 0,5M€ não vá penalizar as instituições que prestam acção social. E que as IPSS vejam confirmados os apoios com que a CMM se comprometeu, para que pudessem concretizar candidaturas a programas comunitários, que viabilizarião a criação de múltiplos serviços de acção social.

8.

O PS defende, finalmente, uma aposta empenhada e proactiva na I&D, que são, reconhecidamente, o motor fundamental do crescimento de todos os concelhos que exibem sectores do “terciário superior” mais dinâmicos e economias mais vigorosas. Este é o grande INVESTIMENTO NO FUTURO. Infelizmente, a Maia tem perdido sistematicamente investimentos nestes domínios para os concelhos vizinhos. A manter-se esta situação, o concelho da Maia irá continuar a perder protagonismo económico e cultural, no quadro da Área Metropolitana do Porto.

Esta situação é incompreensível. Desde logo, porque isto acontece, na Maia, num período em que se assiste a progressos significativos nos indicadores de I&D no país. Segundo os resultados provisórios do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN), referentes ao ano de 2009, a despesa total em Investigação e Desenvolvimento em Portugal atingiu os 1,71% do PIB nacional, um valor que representa um crescimento de cerca de 10% (em percentagem do PIB) face ao ano anterior e a duplicação deste valor relativamente ao ano de 2005. Estes valores, na componente empresarial, são da ordem dos 0,80% quando, em 2005, atingia cerca de 0,31% do PIB. Relativamente ao número de investigadores, atingimos, em Portugal, os 8,2 investigadores (ETI) por mil activos, ultrapassando o valor da média da OCDE, que se situa nos 7,2 por mil activos.

A Maia não está a ser capaz de aproveitar, nestes domínios, as vantagens da sua localização excepcional, não tendo sido sequer capaz de captar nenhuma instituição pública de investigação e de ensino superior. Propomos a consolidação, sem mais demora, nesta aposta em I&D, em dois pólos distintos do concelho. Um, no triângulo territorial que tem por vértices o Castelo da Maia, Pedras Rubras e a cidade da Maia, aproveitando a presença da zona industrial, a existência de uma boa rede nacional e metropolitana de transportes e a presença do ISMAI e da TECMAIA. O outro, no eixo Pedrouços/Águas Santas, explorando a sua localização excepcional, junto do maior polo universitário do Norte do país.

É fundamental que, já no Orçamento para 2011, estejam previstas as verbas que permitam lançar algumas iniciativas-âncoras, as quais, suportadas em parcerias com entidades de referência no ensino superior, na investigação e na inovação tecnológica, permitam um impulso definitivo da I&D no concelho.

9.

Como sempre tem acontecido nesta AMM, o PS assume uma postura proactiva e construída pela positiva na apreciação dos documentos previsionais apresentados pela CMM, tendo o partido apresentado, atempadamente, um documento com contributos para a sua construção. Assumimos, com clareza, quatro preocupações essenciais: RIGOR ORÇAMENTAL, CONTENÇÃO NAS DESPESAS, SENSIBILIDADE SOCIAL e INVESTIMENTO NO FUTURO. Lamentavelmente, o executivo não quis considerar estas orientações fundamentais. Nestas circunstâncias, o PS irá votar contra na deliberação sobre estes documentos.

Maia, 29 de Dezembro de 2010

Luis Rothes

Líder do Grupo do Partido Socialista na AMM

✓  
J  
AP



Grupo Parlamentar do PSD  
Assembleia Municipal  
Maia

W  
J  
AP

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhoras Secretárias,

Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhores Vereadores,

Estimado Público,

Órgãos de Comunicação Social

Como é do conhecimento de todos, a actual e desfavorável conjuntura económica do nosso País tem sido incrementada pelas medidas de austeridade impostas pelo Governo da Nação, da qual destaco, pela gravidade que acarreta, o corte nas verbas a transferir para os municípios.

Todos, os que estamos aqui hoje, sabemos que terão um impacto muito grande na solidez e liquidez das autarquias. Naturalmente, com este cenário, o futuro que se avizinha não será nada risonho, tendo um impacto directo na taxa de desemprego e, mais uma vez, os jovens serão os mais afectados!

Neste domínio, Sr. Presidente da Câmara Municipal da Maia, e analisado o plano de actividades e orçamento afecto à área juventude, foi com lamento, mas sem grande surpresa, que vi suspenso o festival MAIACT. É um festival que já estava na minha agenda anual e, como tal, na de muitos jovens... e não só. È um festival que conquistou a atenção ... até de alguns incrédulos.

Como na Maia estar à frente do seu tempo também é prever antecipadamente aqueles que poderão ser problemas do futuro. Obviamente, que só posso apoiar esta medida tomada pelo Pelouro da Juventude de suspender o MAIACT,

revelando que quem está à frente deste Pelouro é responsável e não cede facilmente a demagogias.

Assim, este Pelouro direcionará a atenção para necessidades mais prementes. A formação, o emprego e o empreendedorismo são apostas que a Câmara da Maia reforça e que, com toda a certeza, se transformarão em oportunidades reais e instrumentos preciosos para os jovens encararem o seu futuro com mais optimismo. Que 2011 nós traga a todos mais optimismo! Um Bom ano!



**Paulo Resende**  
Deputado Municipal do Partido Social Democrata